Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Serviço Social – SER

DANIELLA OVIDIO FURTADO
Matrícula: 05/32231

Estudar em Paz: uma experiência de mediação de conflitos no contexto escolar

Brasília – 2011

Daniella Ovidio Furtado

Estudar em Paz: uma experiência de mediação de conflitos no contexto escolar

Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Bacharel em Serviço Social da Universidade de Brasília – UnB.

Orientadora: Profª. Drª. Nair Heloisa Bicalho de Sousa

Brasília

2011

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Serviço Social – SER
Graduação em Serviço Social

Estudar em Paz: uma experiência de mediação de conflitos no contexto escolar

Trabalho de Conclusão de Curso defendido sob a avaliação da Comissão Examinadora constituída por:

_____

Nair Heloísa Bicalho de Sousa

_____

Regina Lucia Sucupira Pedroza – Professora adjunta do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília

_____

Flávia Tavares Beleza – Mestre em Política Social, idealizadora do projeto Estudar em Paz: mediação de conflitos no contexto escolar, vinculado ao Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos.

AGRADECIMENTOS

À Professora Nair Bicalho, por ter aceitado o convite para o desafio de me orientar, sem a qual esse trabalho não teria sido possível.

Flávia Beleza, por me apresentar à mediação e me envolver nesse mundo fantástico.

Ao Pedro Lucas, meu companheiro, pelo suporte e dedicação, sempre presente com a sua tranquilidade, paciência e ternura.

À minha mãe e irmã, Belquis e Fabrícia, pelo amor incondicional e ensinamentos, pelo colo e pela compreensão, acima de tudo, por me fazerem crer no impossível. Ao Marcone, pelo apoio e cuidado fraterno.

À minha família pela torcida organizada e incentivo.

Aos meus amigos queridos, especialmente Rodrigo, Mirthes e Aline, pela ajuda, carinho e lealdade.

À Dr.ª Ana Carolina Cunto, que me fortaleceu nos momentos mais difíceis dessa jornada.

Aos mediadores, pelo acolhimento e ensinamentos precisos.

Á Professora Regina Pedrosa, pela participação na banca examinadora.

À todxs aqueles que de alguma forma contribuíram para que esse trabalho fosse possível.

“Somos todos anjos com uma asa só
E só podemos voar quando abraçados uns aos outros.”

Leo Buscaglia

SUMÁRIO

1 – APRESENTAÇÃO.....8

2 – JUSTIFICATIVA.....10

3 – OBJETIVOS.....11

3.1 – Objetivo Geral.....11

3.2 – Objetivos Específicos.....11

4 – HIPÓTESE.....11

5 – METODOLOGIA.....12

5.1 – Perfil sócio-econômico de São Sebastião – DF.....12

5.2 – Estudo de caso: CED São Francisco de São Sebastião /DF.....13

6 – REFERENCIAL TEÓRICO.....14

5.1 – Fundamentos para a educação em direitos humanos..... 16

5.2 – Mediação de conflitos: conceitos iniciais.....19

5.3 – A mediação social..... 23

5.4 – A paz positiva e os tipos de violências.....28

5.5 – Educação para a paz nas escolas.....32

7 – ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA REALIZADA NO CED SÃO FRANCISCO – SÃO SEBASTIÃO / DF..... 34

8 – CONCLUSÕES PRELIMINARES..... .54

9 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 58

10 – ANEXOS..... 61

RESUMO

Este trabalho mostra a experiência de implementação do Projeto “Estudar em Paz: mediação de conflitos no contexto escolar” realizada no Centro Educacional São Francisco, em São Sebastião / DF, desde 2009, cujo o objetivo foi analisar a partir da perspectiva da educação em direitos humanos, as representações sociais dos alunos do ensino fundamental e médio do Centro de Ensino São Francisco sobre a violência existente na escola e a experiência de mediação de conflitos escolares proposta pelo projeto “Estudar em Paz”.

Os resultados obtidos na pesquisa de campo confirmaram a hipótese da pesquisa de que o projeto “Estudar em Paz” contribuiu para fortalecer as relações sociais e diminuir a ocorrência de violências no Centro de Ensino São Francisco.

Palavras-chave: Educação em direitos humanos; violência; mediação de conflitos e cultura de paz.

1 - APRESENTAÇÃO

O projeto “Estudar em Paz: mediação de conflitos no contexto escolar” teve seu início em janeiro de 2009, no Centro Educacional São Francisco (CED), situado em São Sebastião, uma das regiões mais pobres do Distrito Federal[1]. O curso coordenado pelo Instituto Pró-Mediação, por meio de uma de suas idealizadoras, Flávia Beleza, formou a primeira turma de mediadores no final de 2009 com uma carga horária de 100h.

Em junho de 2010, o Instituto Pró-Mediação firmou uma parceria com o Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos – NEP da Universidade de Brasília, sob a coordenação da professora Nair Heloísa Bicalho de Sousa. Como fruto dessa parceria, quatro estudantes do curso de Serviço Social, alunos da professora na disciplina “Tópicos Especiais da Pesquisa em Serviço Social”[2], foram vinculados ao projeto por meio de bolsas concedidas pelo Edital PIBEX 2010, do qual eu fazia parte.

Ao entrar no projeto, recebi a formação por meio de um curso sobre mediação social junto com os estudantes do CED São Francisco, em sua maioria do ensino fundamental, para posteriormente, atuar como monitora do curso nas demais turmas que foram formadas nesta escola. Este último, passou a ser de 36h e foi dividido em 5 módulos onde foram abordados os seguintes temas: os conceitos de direitos humanos e o conceito de paz positiva; a mediação social no contexto escolar; conceito de conflito; tipos de violência: técnicas da mediação e aulas práticas.

O projeto se propôs a alcançar todos os espaços da escola, assim como todos os segmentos da comunidade escolar.

Além da formação de alunos, professores, servidores, pais e comunidade, é importante destacar que para garantir bom resultado nesta experiência é preciso também construir um projeto político-pedagógico de forma democrática, com a participação da comunidade escolar, onde todos possam participar dos processos de decisão e de tudo que for de interesse coletivo. Além disso, se faz necessária uma revisão do sistema disciplinar de forma horizontal, para que todos entendam qual o seu papel dentro desse sistema, de modo a cumprir com seus

[1] Segundo dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios – PNAD 2011 realizada pelo IBGE, São Sebastião está entre as cinco cidades mais pobres do Distrito Federal, apresentando uma renda per capita de R$501,00, o que à coloca à frente da Estrutural (R$352 per capita), Itapoã (R$387 per capita), Varjão (R$423 per capita) e Paranoá (R$487).

[2] A disciplina foi ministrada no segundo semestre de 2010, cujo conteúdo tratou da educação em direitos humanos. Foi dividida em dois módulos: o primeiro tratava do conceito de educação em direitos humanos, sua trajetória no Brasil e a sua transformação em política pública por meio do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH, versão preliminar em 2003 e versão final em 2006; o segundo módulo versou sobre o tema da violência na escola a partir de uma bibliografia específica e uma pesquisa realizada pela professora no Centro Educacional Asa Norte – CEAN, na SGN 706.

deveres, além de outras iniciativas que busquem a valorização da escola como um espaço de convivência agradável, onde todos são responsáveis pelo seu funcionamento.

Ao passar por todas essas etapas do processo de formação, o aluno mediador fica apto a identificar problemas que dizem respeito não só aos conflitos interpessoais, como passa a ter ferramentas que possibilitem fazer uma leitura crítica da realidade e do ambiente que o cerca, tornando-o consciente do seu papel para protagonizar mudanças de forma coletiva.

Diante das transformações pelas quais tem passado o CED São Francisco nos últimos anos e com a implementação do projeto mencionado, além das mudanças na estrutura do curso de mediação diante das necessidades de modificação percebidas, parece ter havido um amadurecimento na relação estabelecida entre a equipe do projeto e a escola. No momento, se faz necessário investigar as representações sociais[3] e os efeitos dessa proposta junto aos alunos, ou seja, fazer uma primeira avaliação dessa experiência, para redimensionar os objetivos e estratégias do projeto “Estudar em Paz” nos próximos anos.

[3] Conceito formulado por Serge Moscovici referente aos processos de interação social e mudança social presentes na sociedade moderna, que se refletem ao nível da percepção dos atores sociais individuais ou grupais .Para o autor, dentro da sociedade há diversas sociedades menores com suas redes de pessoas e interações, daí interpretações diferenciadas sobre a experiência da vida em sociedade (OLIVEIRA, Márcio S.B.S. Representações sociais e sociedade: a contribuição de Serge Moscovici. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 19, no. 55, junho 2004

2– JUSTIFICATIVA

A questão da violência nas escolas tem sido alvo de incansáveis discussões na tentativa de compreender quais foram os fatores que contribuíram para que a mesma adentrasse os muros da escola. Segundo Abramovay (2002, p. 22), é preciso identificar as variáveis internas ao espaço da escola, tais como: *a idade e a série ou nível de escolaridade dos estudantes, as regras e a disciplina dos projetos pedagógicos das escolas,o impacto do sistema de punições, o comportamento dos professores em relação aos alunos e à prática educacional em geral*. Além disso, é preciso destacar as variáveis externas à escola, já que as mesmas se apresentam como um reflexo das relações sociais: *as questões de gênero, as relações raciais, as situações familiares, a influência dos meios de comunicação e o espaço social das escolas*.

Uma das propostas que vem sendo colocadas como alternativa de conter o avanço da violência no contexto escolar tem sido o investimento na ampliação do policiamento ostensivo nos arredores das instituições de ensino, assim como a revista de alunos com detectores de metais nas salas de aula, com a justificativa de apreender armas e drogas, dentre outras medidas repressivas. Estas medidas estão vinculadas à ideia que o aumento do quadro de policiais militares que compõe o Batalhão Escolar poderia ser uma das medidas mais eficazes no trato da questão da violência escolar.

O recurso de reforçar o policiamento é uma das respostas às tentativas de isolar a escola da comunidade em que esta se insere, e segundo Sposito (2001, p. 4)), tornou-se consensual a ideia de proteger a escola com a colocação de grades nas janelas, construção de muros e portões altos e reforço na iluminação pública para impedir que pessoas aparentemente estranhas à comunidade escolar pudessem ter acesso a ela.

No entanto, é possível perceber que a questão da violência nas escolas não pode ser tratada de forma isolada, sem compreender o contexto em que se apresenta ou desconsiderando fatores sociais, econômicos e culturais que envolvem a comunidade escolar e que interferem cotidianamente nas formas de se relacionar com o ambiente escolar.

Portanto, na perspectiva de tentar resgatar uma educação que esteja comprometida com os direitos humanos e voltada para a construção de uma cultura de paz, é que se faz necessário entender as representações sociais dos alunos mediadores de conflitos do CED São Francisco, formados pelo projeto *Estudar em Paz: mediação de conflitos no contexto escolar* a respeito da violência escolar e os efeitos produzidos pelo projeto citado no CED São Francisco.

3 – OBJETIVOS

3.1 – Objetivo Geral

Analisar a partir da perspectiva da educação em direitos humanos, as representações sociais dos alunos do ensino fundamental e médio do CED São Francisco sobre a violência existente na escola e a experiência de mediação de conflitos escolares proposta pelo projeto “Estudar em Paz”, tendo em vista a contribuição deste projeto para melhorar as relações sociais e diminuir os conflitos na escola.

3.2 – Objetivos Específicos

- Compreender a educação como um direito e um instrumento para a formação de sujeitos de direitos de acordo com os parâmetros pautados pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.
- Investigar o papel da mediação de conflitos escolares como um instrumento para lidar com a violência presente nestas unidades de ensino.
- Identificar junto aos alunos do ensino fundamental e médio as representações sociais existentes a respeito da violência na escola e os efeitos produzidos pelo projeto *Estudar em Paz* no ambiente escolar.

4 – HIPÓTESE

O processo de capacitação de mediadores discentes dos conflitos escolares implementado pelo Projeto “*Estudar em Paz”* contribuiu para fortalecer as relações sociais e diminuir a ocorrência de violências no Centro de Ensino São Francisco.

5 – METODOLOGIA

Nesta pesquisa que trata da compreensão a respeito dos efeitos do Projeto "Estudar em Paz: mediação de conflitos no contexto escolar", a abordagem escolhida foi de natureza qualitativa, de acordo com Minayo (1994, p. 21):

> *"A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa , nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis" (MINAYO, 1994).*

Neste sentido, esta investigação está voltada para um aprofundamento do significado, das ações e das relações sociais que envolvem o problema da violência na escola e os efeitos produzidos pelo projeto da capacitação dos atores sociais para a mediação de conflitos.

Contudo, também foram utilizados dados quantitativos referentes aos documentos da escola e às perguntas fechadas do roteiro de entrevista.

Tendo em vista a experiência de monitoria do projeto que realizei durante 2010-2011, houve um cuidado em manter uma certa distância do objeto da pesquisa, tendo em vista garantir um distanciamento crítico, capaz de permitir uma análise adequada dos dados coletados.

5.1 – Perfil sócio-econômico de São Sebastião - DF

São Sebastião é a XIV Região Administrativa do Distrito Federal, ocupando terras que, no passado, pertenciam às fazendas Taboquinha, Papuda e Cachoeirinha. Essas fazendas foram desapropriadas no inicio da construção de Brasília, onde foram instaladas olarias para atender a demanda da construção civil. Mais tarde, após a desativação das olarias, a população permaneceu na área, que passou a ser conhecida como Agrovila de São Sebastião, cujos moradores comerciavam areia, cerâmica e olaria.

A Agrovila de São Sebastião foi parte da Região Administrativa VII, Paranoá, até o ano de 1993. Depois, a Lei nº 467/93 criou a Região Administrativa de São Sebastião. De acordo com dados do PDAD/2011, São Sebastião conta com 71.799 habitantes, levando-se em consideração a população urbana.

O número de domicílios (urbanos) estimados é de 19.055, a grande maioria do tipo casas (97,5%), com a média de 3,8 moradores por domicílio. Desses domicílios, 59% são concessões de uso, 1,4% são próprios e quitados e 45,2% do total de domicílios são considerados “próprios em assentamento/invasão”. Os que não têm imóveis perfazem o total de 31,4%. Observa-se que a população rural não foi incluída na pesquisa, o que elevaria o número de habitantes para mais de 100.000, de acordo com estimativa da administração local.

Ainda na análise dos domicílios, a pesquisa considera que o número de dormitórios e de banheiros por domicílios são bons indicadores de qualidade de vida. Em São Sebastião, 22,7% dos domicílios possuem apenas um dormitório, 40% possuem dois e 35,4% possuem três ou mais. Quanto aos banheiros, 72,7% dos domicílios possuem apenas um e 23,9% possuem dois, o que foi considerado um percentual significativo. (18)

Quanto à infraestrutura domiciliar, na análise da condição de habitabilidade está incluído o atendimento de serviços públicos, como abastecimento de água, coleta de lixo, esgotamento sanitário e outros. Nesse item, foi apurado que 98,4% dos domicílios dispõem do serviço de abastecimento de água pela rede geral (pública), 97,4% possuem esgotamento sanitário e 100% são atendidos pelo serviço de limpeza urbana.(19 e 20)

No entanto, quando a pesquisa aponta que 97,9% dos domicílios dispõem de ruas asfaltadas e 98,3% são servidos por iluminação pública nos parece que a realidade não foi bem retratada. Andando pelas ruas da cidade, é fácil observar ruas de terra sem asfalto algum, verdadeiras poças de lama, sem calçadas e muito menos iluminação. Muitos alunos do Ced São Francisco moram em domicílios precários em regiões muito pouco atendidas pelos serviços públicos essenciais.

5.2 – Estudo de caso: CED São Francisco de São Sebastião /DF

Foi realizado um **estudo de caso** no CED S. Francisco de S. Sebastião, que segundo Gil (2009, p.7-8) , permite preservar o caráter de unidade do fenômeno pesquisado, o caráter de profundidade do estudo, requer habilidades do pesquisador e está voltado para um fenômeno presente no momento histórico da investigação.

O CED S. Francisco em 2010 tinha aproximadamente 2000 alunos e em maio de 2011 alcançava cerca de 2500. Deste total de 2011, havia 20 turmas de 45 alunos da segunda e terceira série do ensino médio no matutino, 21 turmas de 45 alunos da oitava série (em 2010 havia também turmas da 7ª série) no vespertino e 10 turmas do EJA (Ensino de Jovens e Adultos) e 6 turmas da primeira, segunda e terceira série do ensino médio no noturno.

O quadro de pessoal da escola era composto por 40 professores efetivos, 30 temporários, 5 coordenadores pedagógicos, 2 supervisores pedagógicos, 1 diretora e 1 vice-diretora.

Além disso, a escola possui mais de trinta projetos extracurriculares, conforme demonstrado no Anexo 2.

A pesquisa de campo desta monografia foi realizada em dezembro de 2010, num total de 20 entrevistas realizadas com alunos da 7ª. e 8ª. séries do ensino fundamental e 1º., 2º., e 3º. ano do ensino médio, em geral, com problemas disciplinares na escola e que desempenhavam a função de mediadores discentes no CED S. Francisco.

Foi utilizado um **roteiro de entrevista semi-estruturado** para captar as experiências pessoais dos entrevistados e permitir uma relação de proximidade entre os entrevistadores[4] e os entrevistados. O roteiro de entrevista utilizado como instrumento para a coleta de dados, aplicado junto aos alunos mediadores do CED São Francisco foi dividido em quatro blocos de perguntas. O primeiro, traça o perfil sócio-econômico dos entrevistados; o segundo, trata de questões a respeito dos conflitos na escola; o terceiro bloco é composto por questões referentes à questão da violência e o quarto bloco investiga a mediação de conflitos realizada pelo projeto “Estudar em Paz”.

A análise dos dados foi realizada da seguinte forma: foram utilizados as 20 entrevistas para a elaboração dos gráficos (perguntas fechadas), e foram selecionadas apenas 15 entrevistas para a análise das perguntas abertas (qualitativas), devido à semelhança entre os discursos ou a falta de informações consistentes para análise..

Foi elaborada uma **análise de conteúdo** das entrevistas, que de acordo com objetivo desta pesquisa, pretende responder a duas questões: 1. quem fala e 2. para dizer o que? (MORAES, 1999). Com este eixo orientador, os dados das entrevistas mostraram o emissor da mensagem (aluno mediador) e as características da mensagem (palavras, argumentos e ideias expressos), permitindo assim uma análise temática das questões.

[4] Participaram do trabalho de campo os outros 3 monitores do projeto “Estudar em paz: mediação de conflitos no contexto escolar”.

É importante lembrar que o número de respostas das perguntas abertas nem sempre corresponde ao número de entrevistados porque em geral, os alunos mediadores indicaram mais de uma resposta para a mesma pergunta.

6 – REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 - Fundamentos para a educação em direitos humanos

A educação em direitos humanos vem enfrentando grandes desafios ao longo de sua recente trajetória nos países da América Latina. A segunda metade da década de 1980 é considerada por Candau (apud BASOMBRIO, 1992, p.1) como um marco na sistematização dessa prática desenvolvida especialmente por educadores populares e militantes de direitos humanos ao final dos "piores momentos da repressão política na América Latina".

Neste período, o Instituto Interamericano de Direitos Humanos localizado em San José, Costa Rica, tornou-se o grande centro de formação dos educadores e militantes em todo o continente. Além disso, este organismo financiou experiências de educação em direitos humanos em diferentes países, inclusive no Brasil. Nos anos 1990, já não dispunha mais de recursos para este fim, o que levou a sociedade civil brasileira a assumir esta tarefa de formação de educadores, especialmente na região sudeste (S. Paulo e Rio de Janeiro).

Nesta perspectiva, em 1994 foi realizado um seminário no Rio de Janeiro com a participação de profissionais de diversas áreas com o objetivo de promover um intercâmbio de experiências e dar os primeiros passos para formar uma rede articulada ao CEAAL, uma rede latino-americana de educação em direitos humanos. Em 1995, foi formada a Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos pautada nos seguintes princípios: construção da cidadania, da paz e da justiça; compromisso com a transformação social ; afirmação da dignidade da pessoa humana, de grupos sociais e culturas e respeito à diversidade e pluralidade (CANDAU (A), 2000).

No Brasil, a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB abriu portas para o acesso ao ensino público gratuito e comprometido com a questão da cidadania. A universalização da educação básica se tornou um direito expresso, que se traduziu em um compromisso estabelecido entre o Estado e a sociedade como um dos princípios descritos na mencionada lei em seu *art. 2º : a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho objetivo.*

A partir da LDB, a composição dos currículos da educação básica se enriqueceu com novos temas relacionados à cidadania: ambiente, gênero, diversidade sexual,

direitos de crianças e adolescentes, além dos debates trazidos pelo movimento negro, no sentido de elaborar uma revisão da história e da cultura afro-brasileira, que resultou na aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em outubro de 2005.

A educação básica e superior no Brasil hoje, além da LDB conta entre outros, com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), cuja versão preliminar foi feita em 2003, e depois de amplo debate com representantes da sociedade civil e de órgãos públicos em 25 estados e no D. F. foi lançado de forma definitiva em 2006 pela Secretaria de Direitos Humanos.

Este plano tem como proposta a formação de sujeitos de direitos a partir da afirmação de valores e atitudes capazes de expressar uma cultura de direitos humanos na sociedade. Sua estratégia está centrada na formação da consciência de cidadania no plano cognitivo, social, político e ético. Pretende também utilizar metodologias participativas com linguagem e material adequado ao público infantil e juvenil. Além disso, tem a intenção de contribuir para fortalecer práticas de promoção, proteção, defesa e reparação das violações cometidas na área de direitos humanos.

Os principais objetivos do PNEDH estão voltados para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito, a constituição de uma sociedade democrática e justa, o compromisso entre Estado e sociedade civil, o fortalecimento das redes de direitos humanos, o estabelecimento de diretrizes e linhas de ação para a elaboração de planos estaduais e municipais, além da transversalidade dos direitos humanos na educação e nas políticas públicas e no cumprimento dos instrumentos jurídicos internacionais.

O PNEDH está sendo implementado em 5 áreas: educação básica, educação superior, educação não formal, educação dos profissionais de justiça e segurança e mídia. No caso da educação básica, eixo central desta pesquisa, a escola é o local onde são estruturadas as visões de mundo, a percepção do outro, os valores e a consciência social. Por isso, ela é o espaço para se valorizar a pessoa humana e sua dignidade.

Desse modo, a proposta de educação em direitos humanos do PNEDH está voltada para a aprendizagem que envolve desenvolvimento emocional e social, que utiliza conteúdos e experiências dos sujeitos deste processo. Além disso, usa material didático-pedagógico adequado para construir uma escola livre da discriminação e da violência, capaz de criar mecanismos para a resolução dos seus conflitos e a formação de atores sociais capazes de construir uma nova sociedade.

Neste sentido, a formação de alunos e professores nesta proposta do PNEDH é

muito importante porque poderá possibilitar o início de um processo de construção de uma sociedade democrática e justa, promotora da igualdade e inclusão social.

Candau (2007) define três dimensões da educação em direitos humanos: 1. formação de sujeitos de direitos; empoderamento dos grupos vulneráveis e 3. construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. Com esses três elementos articulados na cultura escolar, a autora considera que este processo educativo será capaz de combater práticas cotidianas de violação de direitos humanos e construir uma cidadania democrática.

Para Carbonari (2009, p.141), educar e educar-se em direitos humanos é humanizar-se. Nesse sentido, a educação em direitos humanos, mais do que um evento é um processo de formação permanente, de afirmação dos seres humanos como seres com dignidade e direitos, que se tornam sujeitos na construção de uma nova cultura dos direitos humanos .

A implementação da educação em direitos humanos na escola precisa da proposta de um projeto político – pedagógico que incorpore seus princípios e objetivos. Para VEIGA (2004, p.16-21), os princípios norteadores deste projeto envolvem a igualdade (de acesso, permanência e oportunidade); a qualidade formal (técnica) e política (consciência crítica) ; gestão democrática; autonomia dos sujeitos da ação educativa e valorização do magistério.

Para a autora (2004, p.19-32), o projeto político-pedagógico deve conter 7 elementos básicos: 1. finalidades da escola; 2. estrutura organizacional; 3. currículo; 4. tempo escolar; 5. processo de decisão; 6. relações de trabalho e 7. avaliação. Caso o projeto de uma determinada escola inclua essas dimensões, ele terá boa chance de ter sucesso.

Gadotti (2006) reforça a importância da gestão democrática, da autonomia e da participação, tendo em vista a formação de uma consciência crítica por parte dos alunos, o envolvimento da comunidade interna e externa à escola e a criatividade necessária a este projeto de natureza interdisciplinar.

O projeto político – pedagógico do CED S. Francisco

> visa formar um cidadão preparado para a competição acadêmica e para a disputa do mercado de trabalho, sensível e informado sobre os problemas mundiais e da sua comunidade e que seja ator das transformações necessárias para construir o futuro de sua cidade. Além disso, pretende que o aluno seja multiplicador de iniciativas formuladas na escola, para que as mesmas sejam ampliadas na comunidade. A gestão escolar pretende criar os meios para que o educando possa acessar e apropriar-se do conhecimento sistematizado, levando em consideração a aprendizagem significativa e as práticas de convivência fraterna, de inclusão, de respeito à diversidade e do uso da liberdade de forma responsável e democrática (2010, p.1).

Com esta proposta, a comunidade do CED S. Francisco indica que os objetivos da unidade escolar estão voltados para a formação de cidadãos, capazes de integrar o mercado de trabalho e de serem sujeitos de mudança. Além disso, reforça o propósito de incentivar práticas sociais de fraternidade, inclusão, garantia de liberdade individual e coletiva, com respeito à diversidade e de caráter democrático. A ideia de construir de forma coletiva (educadores, pais e educandos) o papel da escola (2010, p.24) parece também uma indicação do caráter participativo do projeto político-pedagógico.

Além disso, o destaque para o papel do/a professor/a como central, com caráter de mediador/a do processo educativo voltado para "uma aprendizagem criativa, interdisciplinar, prazerosa e lúdica" (2010, p. 26), também é indicativo do envolvimento que pretende alcançar com o corpo docente. Este processo participativo envolve também o corpo discente e o Conselho Escolar do qual se espera uma atividade efetiva e deliberativa. Além disso, os diferentes projetos em parceria com diversos atores e instituições poderão ampliar as condições de aprendizagem dos alunos, além de permitir uma participação direta destes últimos neste processo, assim como na definição de oficinas temáticas ao longo do ano letivo.

Desse modo, a proposta do projeto político-pedagógico do CED S. Francisco parece estar articulada com os eixos principais deste instrumento educativo para garantir a construção de uma comunidade escolar democrática, participativa e capaz de exercer seus direitos.

5.2 – Mediação de conflitos: conceitos iniciais

A mediação, na forma como iremos abordá-la neste trabalho, não se resume à mera resolução de conflitos ou a construção de acordos formalizados e documentados. A mediação de conflitos da qual nos referimos, como explica Six (2001, p. 2) é "antes de tudo uma arte, fazer filosofia das suas próprias práticas, dar a prova de que ela estava, ao mesmo tempo, aquém e muito além daquilo a que quiseram reduzi-la, dizendo que era uma *resolução de conflitos*", é preciso resgatar antes de mais nada que "ela deve ser um espaço de criatividade pessoal e social, um acesso à cidadania" (SIX, 2001).

A prática da mediação é considerada por Barbosa (2004/2005, p.12) uma tradição milenar entre povos antigos:

> Entre os judeus, chineses e japoneses, a mediação faz parte da cultura, e dos usos e costumes, muitas vezes integrando os rituais religiosos. A

> figura do mediador pode ser institucional, decorrente de uma hierarquia na organização da vida comunitária, ou como poder delegado, ou natural, como expressão do exercício da cidadania, permitindo exaltar as personalidades do grupo social mais afeitas à comunicação humana, o que constitui o poder do mediador (BARBOSA, 2004/2005, p. 12).

Antigamente, existiam os mediadores naturais, oriundos de grupos sociais e dotados de uma autoridade moral reconhecida pela comunidade, que estavam sempre à disposição daqueles envolvidos em algum impasse (SIX, 2001).

Com o passar do tempo "o desenvolvimento urbano, a dispersão das famílias tribais e os movimentos de população enfraqueceram consideravelmente a presença e o papel desses mediadores tradicionais" (SIX, 2001, p. 31) e mesmo tendo sido uma prática considerada habitualmente utilizada, Barbosa (2004/2005) ressalta que a prática da mediação tem crescido e tomado grandes proporções:

> (...) é preciso reconhecer que, nas últimas décadas, apresenta-se como um fenômeno sem fronteiras, no mundo ocidental, já que nas civilizações orientais sempre esteve presente nos costumes ou nas religiões. Modernamente, a mediação vem se firmando como modo de regulação da conduta humana, portanto uma prática social. (BARBOSA, 2004/2005, p. 13)

Em meados da década de 60, sob forte influência da cultura chinesa, os Estados Unidos transformaram a prática da mediação para que a mesma pudesse se adequar às necessidades da sociedade ocidental moderna, sendo tema de estudos junto à Harvard Law School, no entanto a sua fundamentação teórica estava limitada a reduzir a mediação a uma mera resolução de conflitos, já que seu foco estava voltado para o acordo entre as partes, sem qualquer preocupação com o contexto e com as causas subjacentes ao impasse, logo, não tinha um caráter preventivo (BARBOSA, 2004/2005).

O contexto social, econômico e cultural em que estavam inseridas as partes não era levado em conta no momento da mediação. O acordo acabava sendo produzido de forma assimétrica dentro desse processo deixando de contemplar as necessidades das partes envolvidas, como explicita Galtung (2006):

> Acordo é o conforto dos pobres, daqueles que sabem tão pouco sobre o que pode resultar de um conflito, que veem o acordo como a única alternativa. O que se atinge, na realidade, é um consenso acerca de um resultado que não satisfaz a ninguém, usualmente com as duas partes desejando que a outra esteja pelo menos igualmente insatisfeita,

> unindo-se pela insatisfação partilhada, congratulando-se mutuamente e brindando com champanhe à insatisfação compartilhada. (GALTUNG, 2006, p.24 e 25)

No entanto, essa corrente resolutiva acabou sendo amplamente aceita pelos cidadãos norte-americanos, visto que o acesso à Justiça comum era bastante dificultado pelo seu alto custo, o que fez com que a população aderisse rapidamente ao que ficou conhecida como "justiça de segunda classe" (BARBOSA, 2004/2005).

Em contrapartida ao modelo norte-americano de mediação orientada para a construção de um acordo mútuo, surge em meados da década de 1980 uma nova corrente de mediação na França, que segundo Barbosa (2004/2005) estava "enraizada e conceituada sob o fundamento interdisciplinar, afastando-se, assim, do conceito de mediação consagrado nos Estados Unidos – resolução de conflitos – para construir um conceito próprio - transformação do conflito." Galtung (2006) acredita que "o que temos que fazer é transformar o conflito por meio da transcendência, tornando-o mais manejável. A palavra 'solução' é muito absoluta, como resolver problemas matemáticos claramente definidos. A vida real é mais complicada." (GALTUNG, 2006,p. 27)

Barbosa (2004/2005) acredita que a prática da mediação familiar francesa foi responsável por uma contribuição significativa no desenvolvimento da mediação, isto porque a mediação francesa está estruturada no pensamento que acolhe, ou seja, abandona o pensamento binário – próprio da linguagem jurídica - substituindo pelo pensamento ternário, com foco na cultura de paz, e não a mera pacificação dos conflitos, cujo mecanismo fica adstrito à conciliação (BARBOSA, 2006, p. 10).

Dessa forma, a mediação de conflitos passa a se apresentar como um espaço de exercício da criatividade na expectativa de que se abra possibilidade para construção de consenso, transformando interesses divergentes numa prática dialógica, de onde possam nascer compromissos que não sejam necessariamente o da simples junção no atendimento desses interesses de forma separada, mas na construção de uma proposta única derivada dos interesses individuais entre as partes conflitantes, como exemplifica Six (2001):

> A mediação, impulsionada por um terceiro, quer fazer nascer o "3", isto é, quer fazer de modo tal que, deste diálogo-confrontação em presença de um terceiro, nasça qualquer coisa que não será nem a solução unilateral do primeiro, nem a solução unilateral do segundo, mas uma saída original realizada por um e por outro juntos, uma saída que não pertence a nenhum dos dois propriamente, mas aos dois (SIX, 2001, p. 6).

Na atualidade, são duas as principais correntes/orientações de mediação: a mediação orientada para a resolução de problemas (acordo) e a orientada para a transformação do conflito. A orientação a respeito do conflito influencia a prática do mediador (FOLGER e JONES , 1997, p. 32 e 33).

Para Jares (2007), o conflito de ser encarado como “um processo natural e intríncico à vida que, se enfocado de modo positivo, pode ser um fator de desenvolvimento pessoal, social e educativo” e que é fruto de “um processo de imcompatibilidade entre pessoas, grupos ou estruturas sociais, por meio do qual se afirmam ou percebem interesses, valores e/ou aspirações contrárias” (JARES, 2007, p.36).

Na mediação transformadora o conflito é encarado como algo positivo onde, segundo Bush e Folguer (2006, p. 130), a possibilidade de uma transformação moral existe, visto que, ao longo do processo, o participante tem a oportunidade de se autofortalecer, (empoderar-se) e de reconhecer o outro, alcançando um crescimento conjunto. Sendo assim, os objetivos da mediação transformadora são o fortalecimento e o reconhecimento.

O fortalecimento (*empowerment*) é um dos resultados alcançados no processo de mediação, que envolve a compreensão de si, adquirida a partir do exercício do diálogo e da reflexão sobre as alternativas que estão ao alcance das partes. Dessa forma, as pessoas podem enfrentar as suas fragilidades, tornando-as claras, facilitando a tomada de decisões que antecedem as ações posteriores (BUSH e FOLGUER, 2006). Além disso, é possível destacar outros pontos alcançados pelo fortalecimento (BUSH e FOLGUER, 2006, p. 135):

- compreender mais claramente quais são suas metas e seus interesses diante da situação;
- aumentar suas próprias habilidades na resolução dos conflitos;
- aprender o melhor modo de escutar,de se comunicar, de organizar e analisar as questões, argumentar e avaliar soluções alternativas;
- administrar melhor seus recursos afim de conquistar aquilo que não havia sido contemplada;
- avaliar conscientemente as qualidades e as dificuldades de seus próprios argumentos .

O reconhecimento do outro se faz no sentido de aproveitar a oportunidade que os conflitos representam para transformar as partes enquanto seres humanos, problematizando o diálogo de forma horizontal e igualitária, resgatando a afetividade para que se possa passar de uma condição pautada pelo medo, defesa e egoísmo para se tornarem mais confiantes e sensíveis (Bush e Folguer, 2006, p. 131) . Essa prática proporciona a reparação ou a criação de laços sociais de forma autônoma, pacífica e cooperativa. Bush e Folguer (2006, p. 141) descrevem como o reconhecimento se manifesta, dentre os quais destacam-se:

- o reconhecimento da sua própria situação e a do outro;
- quando desenvolvem a capacidade de reflexão;
- as partes não pensam somente nas suas necessidades individuais;
- quando a parte renuncia conscientemente seu ponto de vista;

Além da mediação transformativa, a corrente francesa, minoritária, conhecida como via "universalista" (SIX, 2001, p. 258), com clara influencia da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, traz uma perspectiva relacional à mediação praticada no âmbito do projeto Estudar em Paz. O mediador da "via universalista" tem como principal objetivo estabelecer ligações entre as pessoas (SIX, 2001, p. 257).

Muitos dos aspectos teóricos e práticos da mediação transformadora e da "via universalista" se encontram na prática da mediação social, que serve de matriz teórica fundamental para o projeto Estudar em Paz.

5. 3 – A mediação social

O projeto desenvolve a mediação no campo social, voltada especialmente para criação e reparação dos laços sociais. A mediação social originou-se na França, na década de 1980, para ajudar as pessoas que habitavam os conjuntos habitacionais nas periferias. Esses bairros mais pobres sofriam uma intensa crise após a explosão demográfica causada pela urbanização desorganizada, pelo desemprego e pela exclusão (PETITCLERC, 2002, p. 9).

Na década de 1990, a mediação social aparece em uma experiência diferente, na região francesa de Chantaloup, com o objetivo de empregar jovens como mediadores em

suas comunidades, os Agentes Locais de Mediação Social. A intenção principal era diminuir a delinquência e o desemprego entre os jovens (PETITCLERC, 2002).

No ano de 2000, diante das confusões conceituais e práticas que envolviam a mediação social, o conceito de mediação social foi revisto na França, durante o seminário europeu - *Médiation sociale et noveaux modes de réduction des conflicts de la vie quotidienn*- que reuniu 42 especialistas no assunto. Na oportunidade, a mediação social foi assim concebida:

> A mediação social é definida como um processo de criação e de recriação do laço social e de regulação dos conflitos da vida cotidiana, na qual um terceiro imparcial e independente tenta, por meio da organização de mudanças entre as pessoas ou instituições, auxiliá-las a melhorar uma relação ou a regulamentar um conflito que as opõe [5].

Observa-se que há um alargamento conceitual para além da regulação ou resolução de conflitos. As duas possibilidades foram contempladas e o alcance da prática foi potencializado. Além disso, o seminário impulsionou a criação *da Carta de Referência da Mediação Social e* a promulgação da Lei nº 2003-710, que reconheceu a mediação social como uma atividade para a segurança e a tranquilidade públicas (FRANÇA, 2003).

A atividade do mediador social foi regulamentada, ainda em 2001, pelo código deontológico, regido por seis princípios gerais[6]:

1. A **neutralidade e a imparcialidade** devem guiar a intervenção do mediador;
2. **A negociação e o diálogo** conduzem a atividade do mediador, que cria oportunidades de comunicação e de negociação sem nenhuma autoridade imposta.
3. **O livre consentimento e a participação dos habitantes** devem ser observados**,** pois a mediação repousa sobre o consentimento das partes e deve promover a participação destas.

---

[5] *"La médiation sociale est défini comme un processus de création, de recréation du lien social et de règlement de conflits de la vie quotidienne dans lequel un tiers impartiel et indépendant tente à travers l'organization d'echanges entre les personnes ou les instituitions de les aider à ameliorer une relation ou de régler un conflit qui les oppose ».*

[6] Os princípios gerais foram retirados da dissertação de mestrado intitulada "A mediação social como instrumento de participação para a realização da cidadania", por Flávia Beleza (2009),conforme tradução da autora.

4. A **mobilização das instituições** é essencial para o favorecimento da cidadania, a modernização das instituições e a aproximação dos habitantes consumidores dos serviços públicos.

5. **A proteção dos direitos das pessoas** é garantida pela mediação social, que não substitui a prestação dos direitos garantidos a todos os cidadãos e nem deve promover a renúncia a esses direitos.

6. **O respeito aos direitos fundamentais** deve prevalecer – a mediação social aparece como mecanismo de proteção desses direitos.

O mediador social age como intermediário, dinamizador e catalisador, trabalhando para ampliar os espaços de reflexão, favorecer a livre circulação das informações, criar laços e estimular a liberdade (SIX, 2001, p. 280). Mediadores sociais são cidadãos entre os cidadãos, que fazem emergir os próprios recursos das pessoas que os procuram. Despertam nas pessoas os recursos que estão adormecidos, dando-lhes confiança, confortando-as, ajudando-as a colocar seus recursos em aplicação, a agir. Os mediadores cidadãos não vêm trazer uma solução externa, mas estimula a coragem e vontade própria das pessoas (SIX, 2001, p. 35).

A ação do mediador social é especialmente importante nos bairros em dificuldade, no atendimento aos habitantes em situação de vulnerabilidade, inclusive os imigrantes (FRANÇA, 2002, p. 75). Nesses bairros, a presença humanizadora do mediador é essencial na diminuição do abandono, da injustiça social e da violência (FRANÇA, 2000).

No exercício de suas funções, o mediador social desenvolve atividades como: assegurar um cuidado, observar, participar de um diagnóstico, acolher, escutar, orientar, facilitar; acompanhar pessoas; ser uma interface entre indivíduos e entre indivíduos e instituições; regular tensões e conflitos entre indivíduos; incentivar a criação de projetos; organizar atividades que criem laços sociais; promover parcerias e trabalhar na criação de redes sociais (FRANÇA, 2002).

A mediação social pode acontecer na comunidade, no trabalho ou na escola. Em qualquer desses espaços, a mediação social possui três funções fundamentais, que guiam a

sua prática: a dialógica, a participativa e a pacificadora (BELEZA, 2009).

A função participativa está caracterizada na função política da mediação, onde se observa uma estreita relação entre mediação e cidadania, visto que o mediador social (cidadão) participa ativamente da vida da cidade, participa de associações e convida os demais cidadãos a participarem da vida coletiva (SIX, 2001, p. 239). A prática da mediação social incentiva a participação social (democracia participativa) e propõe a derrubada dos obstáculos à participação, promovendo a cidadania emancipada, definida por Demo (2003) como "competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletiva organizada" (2003, p. 1). Demo ensina que, para fazer-se sujeito de direito e conduzir seu destino, o homem precisa lutar contra a pobreza material e a pobreza política[7]:

> O conceito de *pobreza política* coloca em xeque o entendimento usual de pobreza como simples carência ou vulnerabilidade material. Por mais que esta face seja decisiva, é uma delas e possivelmente não a central. O que faz alguém pobre não é propriamente a carência material, mas sobretudo a injusta distribuição dela (2003, p. 37).
>
> Pobre irremediável é quem sequer consegue saber que é pobre, atribuindo sua condição à vontade de Deus, ao destino, a mau jeito ou falta de sorte, como se fosse natural e incontornável ser pobre (2003, p. 38 e 39).

Além de ser uma função, uma arte ou ofício (WARAT, 2004), a mediação é um espaço da cidadania (emancipada), um espaço intermediário de encontro, diálogo e criatividade a ser ocupado pelos cidadãos participativos (SIX, 2001,p. 2-5, 65). É na coletividade (associações e movimentos sociais) que o mediador encontra sua identidade e manifesta o seu compromisso com a cidadania (SIX, 2001, p. 215), atuando em redes sociais, aproximando populações excluídas, incentivando a formação de organizações comunitárias e melhorando a prestação dos serviços públicos (FRANÇA, 2002).

A função dialógica da mediação social nasce da necessidade de aproximar

[7] Demo explica que a pobreza material e a política "não são entidades separadas, mas faces do mesmo todo" (2003, p. 43).

pessoas e instituições. Diálogo aqui significa “por meio de”, que enseja a apropriação e a co-criação de significados (SCHNITIMAN, 1999, p. 102):

> O mediador, portanto, é alguém que faz **comunicar**, que faz passar uma corrente. Aquele que não tem esse desejo primeiro de criar ligações não pode tornar-se um bom mediador no domínio em que habitualmente se situa o papel do mediador: o dos conflitos. (SIX, 2001, p. 237).

No mesmo sentido, Petitclerc afirma que “a mediação permite desenvolver o senso de alteridade, da comunicação e do diálogo, em suma, gerir harmoniosamente as diferenças” (2006, p.56). No processo de mediação emergem diálogos reflexivos, que possibilitam a recriação da situação problemática e a *criação dialógica de alternativas* pelos próprios atores envolvidos no conflito ((SCHNITMAN 1999, p. 105).

A função pacificadora vem da necessidade de reconhecer a realidade conflituosa e saber lidar com ela positivamente, de forma não violenta. Desde 1994, a UNESCO passou a promover a solução não violenta dos conflitos e construir uma cultura de paz:

> É esse o desafio que a UNESCO tem para os próximos anos: construir uma cultura de paz que previna e combata todo tipo de violência, exploração, crueldade, desigualdade e opressão. Incluir os excluídos, diminuir desigualdades e revisar padrões de humanidade com os quais convivemos. Não fica impassível diante da miséria, nem a degradação humana gerada por modelos econômicos que priorizam mercados e não pessoas. Fortalecer valores essenciais à vida democrática: igualdade, respeito aos direitos humanos, tolerância, diálogo, reconciliação, solidariedade, desenvolvimento e justiça social, são passos práticos para a construção da paz (UNESCO,2006).

Vale ressaltar que a paz não exclui o conflito, pois este faz parte da dinâmica social. Candau (2000) afirma que a construção da paz requer uma postura ativa, que supõe o respeito aos direitos humanos e aluta contra tudo o que ataca a dignidade humana . Por meio do fortalecimento e do reconhecimento promovidos pela mediação, as partes tornam-se capazes de avaliar as alternativas de forma pacífica e respeitosa (BUSH e FOLGER, 2006, p. 147).

A mediação educa para viver em paz, que implica em reconhecer o outro e a realidade:

> Uma educação para a paz não pode ser um processo que leva, de alguma forma, a velar a realidade, a calar as diferentes vozes, particularmente as dos excluídos, a não enfrentar a desigualdade e a

> exclusão crescentes na nossa sociedade. O primeiro passo para uma educação para a paz é andar com os olhos abertos, não se negar a enfrentar a realidade por mais dura e desconcertante que seja e não querer "proteger" as crianças e adolescentes da dimensão dura da vida (CANDAU(B), 2000).

Nesse sentido, Paulo Freire ensina que toda educação aproxima o homem da realidade, desvelando-a para que se possa conhecê-la e transformá-la (2005, p. 33). Da mesma forma, a mediação desoculta os conflitos e as violências (a realidade), para que o homem possa reconhecê-lo, criar alternativas e traças metas para transformar a sua realidade conflituosa (BUSH & FOLGER, 2006, p. 135 e 136).

O mediador social leva a paz quando promove o reconhecimento da realidade, contribui para o fortalecimento das pessoas vulneráveis, democratiza informações, informa sobre direitos, acolhe, escuta, aproxima o cidadão dos serviços públicos, dentre outras ações (FRANÇA, 2002, p. 39 – 78). Nesse sentido, o conceito adotado na construção desse projeto é o de paz positiva;

5.4 – A paz positiva e os tipos de violências

Conceituar paz é algo difícil, assim como conceituar violência, que se modificam conforme a história. O que era violê ncia há cinquenta anos, hoje não é mais. O que não era, agora passou a ser. O mesmo ocorre com o conceito de paz. Nesse movimento da história, onde paz e violência se envolvem sob várias perspectivas, pode-se dizer: "a cada violência sua paz" (PUREZA e MOURA, 2004).

Quando se olha para a evolução do conceito de paz, torna-se imprescindível falar do norueguês Johan Galtung, que criou o conceito de *paz positiva*, "marco decisivo no desenvolvimento de uma nova concepção de paz, e, portanto, da Pesquisa para a Paz (PP)." (JARES, 2002, p. 123). Galtung, fundador do *Journal of Peace Research, em 1964*, é reconhecido mundialmente como o fundador da disciplina acadêmica conhecida como *Pesquisa para a Paz*, um marco no campo de estudo da e para a paz, e mentor no campo da mediação de conflitos.

Galtung revolucionou o conceito de paz ao ampliar o conceito de violência, entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970, quando paz passa a significar muito mais do que a simples ausência de guerras, como esclarece Jares:

> Em primeiro lugar, a paz já não é o contrário de guerra, mas sim de sua antítese, que é a violência, dado que a guerra é apenas um tipo de

> violência, mas não o único. Em segundo lugar, a violência não é unicamente a que se exerce mediante a agressão física direta ou por meio de diferentes artifícios bélicos que se podem usar, mas é preciso levar com conta também outras formas de violência menos visíveis, mas difíceis de reconhecer, mas também mais perversas no sentido de produzir sofrimento humano. (JARES, 2002, p. 123 e 124).

Dessa forma, Galtung vem mostrar que a violência é tudo aquilo que impede o desenvolvimento humano[8] e relaciona a violência social com injustiça social, afirmando que "chamar de paz uma situação em que impera a pobreza, a repressão e a alienação é uma paródia do conceito de paz" (GALTUNG, 1981a, p. 99, in JARES, 2002, p. 124).

Em outro trabalho, na década de 1990, Galtung vem reforçar: "Eu vejo a violência como insultos evitáveis às necessidades humanas, e mais genericamente à vida, que reduzem o nivel real de satisfação das necessidades abaixo do que é potencialmente possível"(1990, p. 292)[9].

Em Cultural Violence, artigo fundamental do *Journal of Peace Research*, 1990, Galtung trata do tema da violência de forma mais detalhada e inclui um novo conceito de violência – a violência cultural. No mesmo artigo, classifica a violência em supertipos (ou categorias), tipos e subtipos. Os três **supertipos** são (1990, p. 294):

1 – Violência Direta – existe uma relação clara e direta entre o sujeito e o objeto e sua ação pode ser verbal ou física.

2 – Violência Estrutural – é indireta, transmitida pela estrutura (repressão), resultante da desigualdade de poder .

3 – Violência Cultural – aspectos da esfera simbólica que servem para minimizar ou ocultar as anteriores.

Na tabela abaixo é possível observar a relação entre dois supertipos, a violência direta e a estrutural - e seus tipos e subtipos:

Tabela I. A Tipologia da Violência

[8]Em 1990, o PNUD introduziu em todo o mundo o conceito de desenvolvimento humano sustentável, que promove a adoção de políticas públicas cujo foco está voltado às pessoas – e não a acumulação de riquezas – como propósito do desenvolvimento. Para aferir o grau de desenvolvimento humano sustentável de uma sociedade, o PNUD utiliza o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelo professor Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1998. Fonte: http://www.pnud.org.br.

[9]Tradução livre da autora.

	Necessidades Sobrevivência	Necessidades de Bem-estar	Necessidades de Identidade	Necessidades de Liberdade
Violência Direta	Matança	Mutilação Sítio, Sanções Miséria	Dessocialização Ressocialização 2ª Cidadania	Repressão Detenção Expulsão
Violência Estrutural	Exploração A	Exploração B	Penetração Segmentação	Marginalização Fragmentação

Fonte: GALTUNG, Johan. Cultural Violence. Journal of Peace Research, Vol. 27, n. 3, 1990.

As categorias de violência estão relacionadas a quatro classes de necessidades básicas: de sobrevivência, de bem-estar, de identidade e de liberdade. Cada necessidade possui seu elemento e negação:

- Necessidades de Sobrevivência – negação: morte; mortalidade
- Necessidades de Bem-Estar – negação: miséria; morbidade
- Necessidades de Identidade - negação: alienação
- Necessidades de Liberdade – negação: repressão

A categoria da violência direta - matança ("*killing*"), inclui o extermínio, o holocausto e o genocídio. Esta categoria é muito clara e, por muito tempo, foi a única levada em consideração para justificar a busca pela paz e os estudos da paz, que estavam centralizados em evitar as guerras[10] e na limitação, abolição ou controle de super armas (GALTUNG, 1990, p. 293). Nos subtipos da categoria estão as sanções, o sítio (cerco, boicote ou bloqueio) e a miséria, relacionados à necessidade de bem-estar. Para Galtung, o sítio leva à fome, à falta de cuidados médicos, à submissão, à pobreza e a miséria é o "holocausto silencioso" (1990, p. 292). Já as necessidades de liberdade sofrem limitações históricas e culturais. Muitas vezes essas violências não são tão diretamente identificadas.

Na classe das necessidades de identidade, a alienação ("morte do espírito") é definida em termos de dessocialização (jogado para fora da cultura), e de ressocialização em outra cultura *("brainwashing")*, inclusive pela proibição ou imposição de outras línguas (GALTUNG, 1990, p. 293).

A categoria da violência estrutural é mais complexa, por isso Galtung convida a pensar que uma estrutura violenta está associada a um vocabulário, a um discurso violento, para ficar mais fácil relacioná-la às categorias de necessidades. A peça central da violência estrutural é a exploração (GALTUNG, 1990, p. 293). Na Tabela I, na página anterior, a Exploração A pode ser representada por elementos onde os sujeitos em desvantagem, os

[10] Para Galtung, "guerra é apenas uma forma particular de violência orquestrada" (1990, p. 293).

fracos, morrem por causa dela (fome e doenças, por exemplo). Na Exploração B, os sujeitos são deixados em um perpétuo estado de miséria, má-nutrição e doenças crônicas. Nos dois casos, o que difere é a forma de morrer: no Terceiro Mundo se morre de diarreia e doenças por imunodeficiência e nos países desenvolvidos se morre por doenças cardiovasculares ou câncer; tudo acontece em estruturas longas, complexas e multicausais (GALTUNG, 1990, p. 294).

Para compreender a dinâmica da violência estrutural, Galtung identifica quatro componentes que são "partes da exploração" ou "componentes de reforço" na estrutura, com a função de impedir a formação de consciência e a mobilização, duas condições fundamentais para combater a exploração (GALTUNG, 1990, p. 294):

1 – Penetração – implantação de um cachorro-líder[11] entre os cachorros-fracos para falar, ou seja, para liderar pelo discurso;

2 – Segmentação – dar aos cachorros-fracos apenas uma visão parcial da realidade;

3 – Marginalização – manter os cachorros-fracos do lado de fora (exclusão);

4 - Fragmentação – manter os cachorros-fracos separados;

A penetração é combinada com a segmentação e a marginalização com a fragmentação. Assim, a violência estrutural exalta o valor do *self* e promove a desumanização do outro, que é convertido em coisa, quando chega ao estágio em que sofrerá a violência direta (GALTUNG, 1990, p. 295).

A violência estrutural anda de mãos dadas com a repressão e a exploração, por isso opera em vários contextos, como no de gênero (morbidade, aborto), na infância, na natureza (desmatamento, aquecimento global), no trabalho, na atividade industrial (resíduos não-degradáveis) (GALTUNG, 1990, p. 294). Trata-se de uma violência invisível, insidiosa, que deixa marcas no corpo humano, na mente e no espírito (1990, p. 292).

Além das violências direta (agressão) e estrutura (dominação), Galtung criou, como foi visto, a categoria da violência cultural como um terceiro super tipo. A violência estrutural é observada como um evento, a estrutural é vista como um processo e a cultural aparece como uma invariante, ou seja, uma permanência (1990, p. 294). Está formado o tripé da violência.

A violência cultural, legitimadora das violências direta e estrutural, é assim

[11]Galtung utiliza os termos "topdogs" e "underdogs" (aqui traduzidos para cachorro-líder e cachorros-fracos), para caracterizar os sujeitos dominantes e os dominados.

definida:

> Por “violência cultural” entendemos os aspectos da cultura, a esfera simbólica da nossa existência – exemplificada pela religião e ideologia, linguagem e arte, ciencia empirica e ciencia formal (lógica, matematica) – que pode se usada para justificar ou legitimar a violência direta ou a violência estrutural (GALTUNG, 1990, p. 292).

A violencia cultural está escondida nos hinos militares, nas cruzes, bandeiras, retratos onipresentes de líderes, posters, discursos e discursos inflamados. Ela faz com que a violência direta e a violência estrutural sejam aceitas pela sociedade, torna a realidade opaca, prega, ensina e emburrece para ocultar a exploração, inclusive a desiguladade social (1990, p. 293 e 295).

Galtung conclui que, quando a violência estrutural é institucionalizada e a cultural é internalizada, a violência direta tende a ser, também, institucionalizada (1990, p. 302). Então, é preciso mobilizar e conscientizar para a não-violência.

5.5 – Educação para a paz nas escolas

Para contrariar esse movimento de institucionalização e de internalização das violencias, é preciso começar esse movimento de mobilização e conscientização desde cedo, nas escolas. É preciso educar crianças, jovens e adultos para a paz:

> [...] concebemos a EP (educação para a paz) como um processo educativo, contínuo e permanente, fundamentado nos dois conceitos fundadores (concepção de paz positiva e perspectiva criativa do conflito), que, pela aplicação de métodos problematizantes, pretende desenvolver um novo tipo de cultura, a cultura de paz, que ajude as pessoas a entender criticamente a realidade, desigual, violenta, complexa e conflituosa, para poder ter uma atitude e uma ação diante dela (JARES, 2007, p. 44).

A educação para a paz (EP) é uma educação em valores (tais como justiça, solidariedade, cooperação, compromisso, autonomia, tolerância) e questiona os valores contrários a ela; pressupõe ação, que começa com um convite à reflexão para formar pessoas ativas e combativas; é um processo contínuo porque não há ponto de chegada (a paz é um construir sem fim) (JARES, 2007, p. 45 e 46).

Diferentes componentes educativos compõem a educação para a paz, com seus objetivos próprios. A educação para os direitos humanos, componente fundamental, busca os seguintes objetivos (JARES, 2007, p. 49)

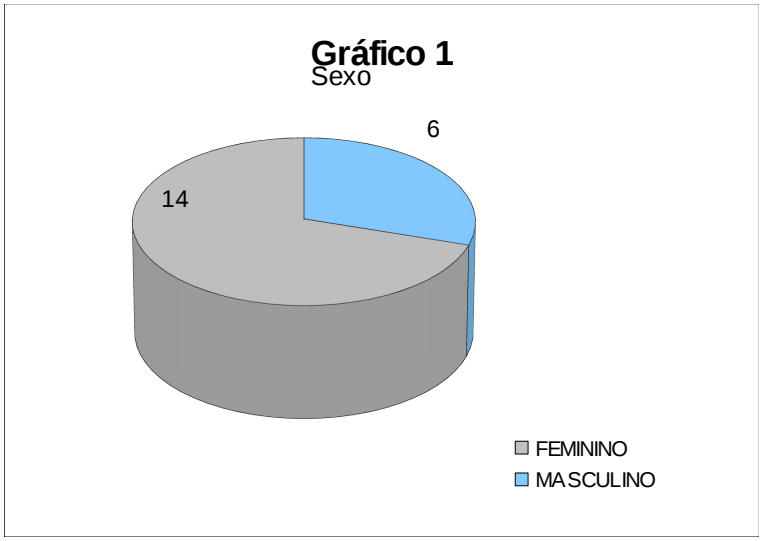
- Compreender a história da luta pelos direitos humanos e as liberdades

fundamentais, fomentando sua prática e seus valores;

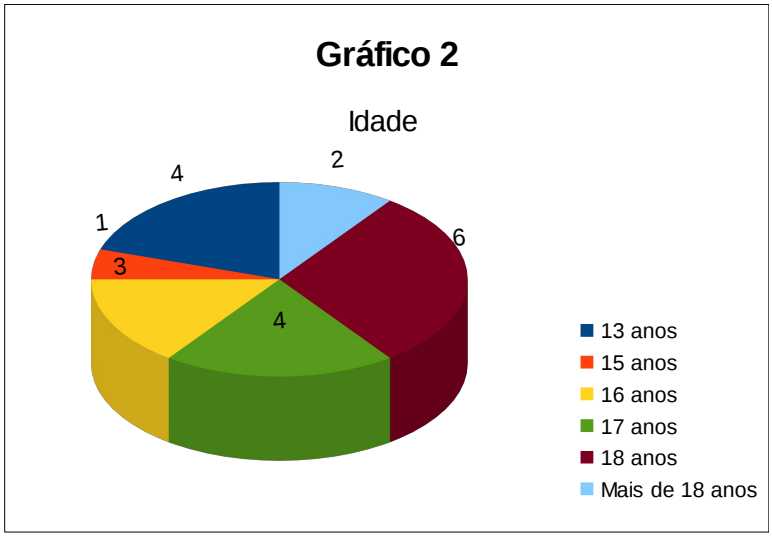
- Conhecer os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e outras declarações internacionais a ela vinculadas e relacioná-los às condições de vida das pessoas;
- Identificar violações aos direitos humanos, indagar suas causas e possíveis alternativas, ao mesmo tempo que se incentivam atitudes de repúdio às violações;
- Conhecer o trabalho dos organismos que lutam em defesa dos direitos humanos e estimular compromissos em sua defesa;
- Relacionar os direitos humanos à noções de justiça, igualdade, liberdade, paz, dignidade e democracia;
- Identificar as causas sociais que geram violencia e valorizar as estratégias de luta que contribuem para o desaparecimento de todo tipo de violência;
- Incentivar a participação e a cidadania democrática.

7 – ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA REALIZADA NO CED SÃO FRANCISCO – SÃO SEBASTIÃO / DF

O perfil sócio-econômico dos alunos mediadores foi elaborado de forma a compreender suas características quanto ao sexo, idade, cor/raça, religião, escolaridade, renda familiar mensal e local de moradia. Essas informações serão apresentadas no formato de gráficos para melhor visualização das mesmas.

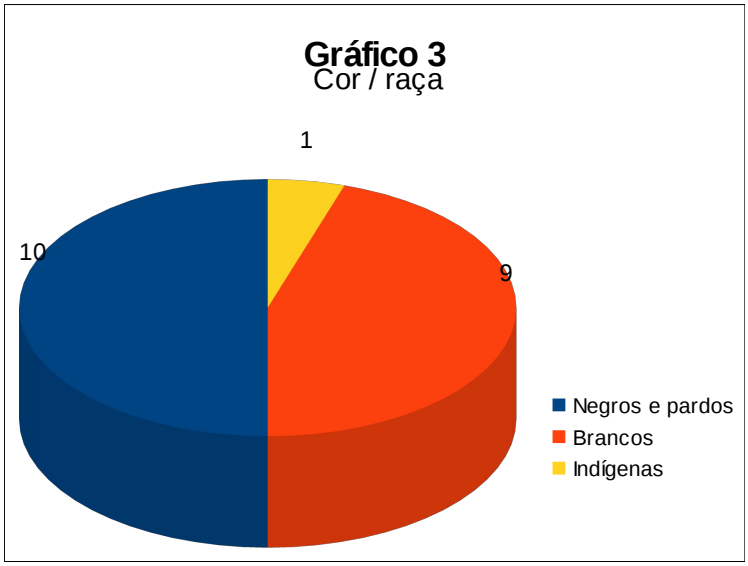


A presença de estudantes do sexo feminino é predominante nos cursos de formação de mediadores de conflitos, conforme demonstra o Gráfico 1. Os participantes desta pesquisa contam com a participação de 14 mulheres e 6 homens. Neste caso, é importante destacar o interesse feminino por este projeto.

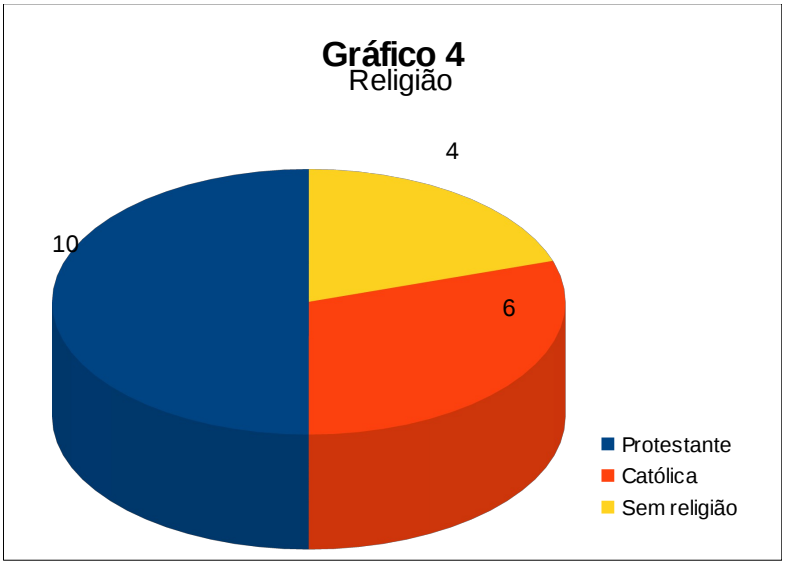


De acordo com o Gráfico 2, alunos com dezoito anos ou mais correspondem a

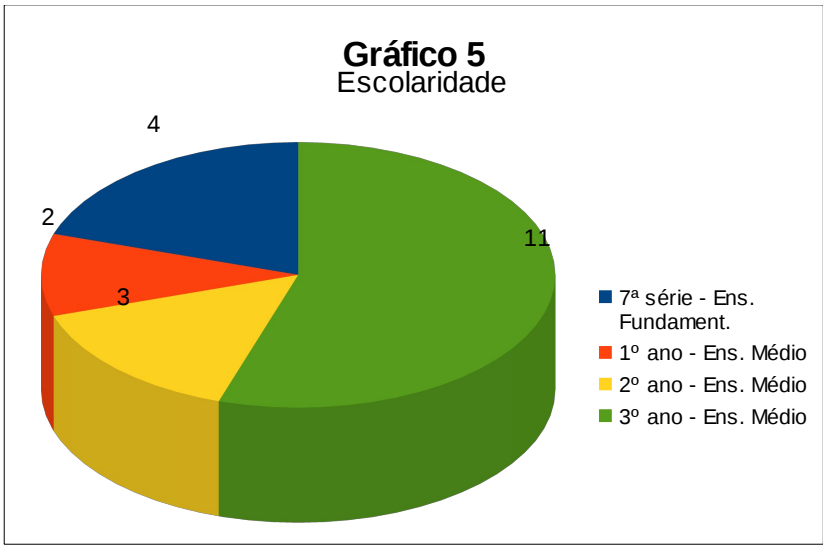
uma soma de 8 pessoas do grupo de mediadores, número bastante expressivo se considerar que a escola atende alunos de ensino fundamental e médio. Durante a realização do trabalho foi possível constatar que os alunos mais velhos se envolvem com maior comprometimento com as atividades da mediação.



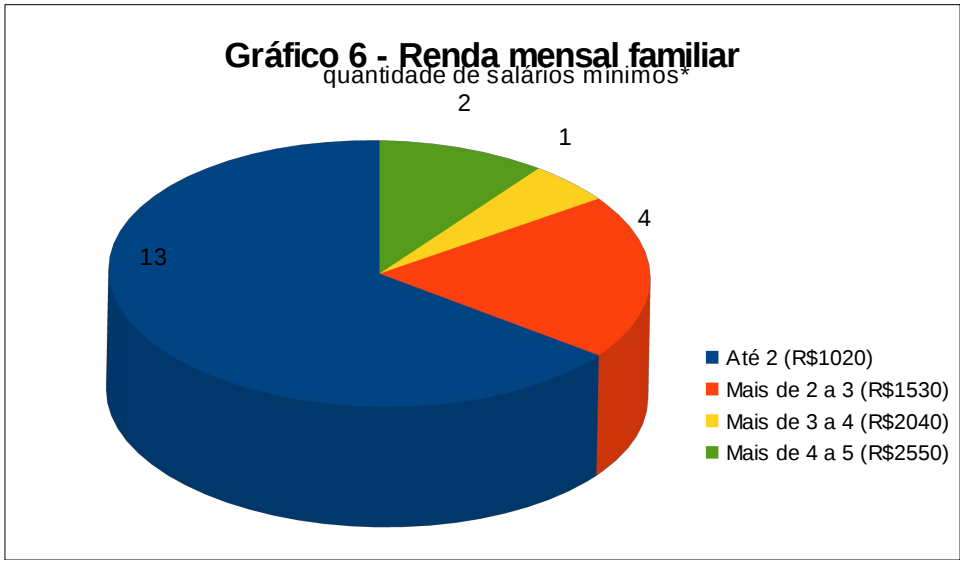
A quantidade de estudantes que se declararam negros e pardos corresponde a 10 do total de mediadores. Seguido por 9 pessoas de cor branca e apenas 1 se declarou indígena, conforme demonstra o Gráfico 3.



De acordo com o Gráfico 4, metade dos entrevistados (10) declararam-se protestantes, grupo predominante entre alunos mediadores, seguido por 3 de católicos e apenas 2 declararam não participar de nenhum grupo religioso.

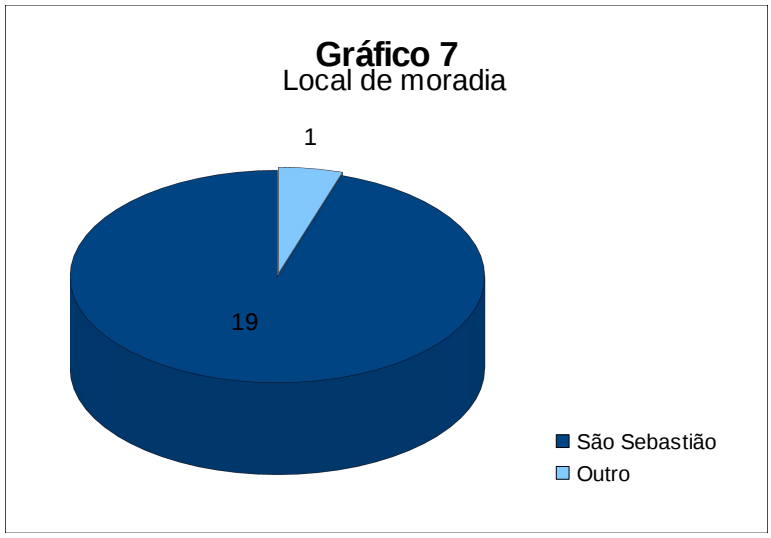


Em relação à escolaridade, o Gráfico 5 mostra que 4 são do ensino fundamental, os outros 16 estão divididos entre os 1º, 2º e 3º anos do ensino médio. Ao comparar os dados que se referem à idade com os dados da série que estão sendo cursadas pelos entrevistados, apenas 4 encontram-se defasados em relação à série correta.



*valor de referência R$510,00

De acordo com o Gráfico 6, a maioria dos entrevistados possui uma renda familiar de até 2 salários mínimos. Esse dado corresponde à realidade da média da renda mensal de São Sebastião, citada anteriormente como uma das cinco regiões administrativas mais pobres do Distrito Federal.



É possível identificar no Gráfico 7 que 19 dos entrevistados residem em São Sebastião, o que facilita o acesso e a sua locomoção até a escola. Isto permite que possam participar de atividades extracurriculares no contraturno, sem maiores dificuldades no que diz respeito ao uso de meios de transporte alternativo. Apenas 1 pessoa declarou residir em outra cidade, no caso, Jardim ABC, situada no entorno do DF.

Conflitos no CED S. Francisco

Ao definir *conflito*, os alunos entrevistados afirmaram que o mesmo refere-se a um conjunto de acontecimentos cotidianos, que podem ser traduzidos por desentendimentos ou discussões entre duas ou mais pessoas, onde o ponto de partida se dá na dificuldade em lidar com o outro, principalmente quando não há aceitação de valores, opiniões e posturas que podem desencadear a violência, em casos extremos.

Além dos conflitos interpessoais, foram relatados aqueles em que os interesses ou ações dos próprios entrevistados destoavam do seu conjunto de valores, ou do que imaginavam ser mais adequado, configurando-se como um conflito interior. O curso de formação de mediadores tratou não somente dos conflitos interpessoais, mas também daqueles que envolvem a comunidade escolar.

Representação social sobre conflito

INFORMANTE 1: “De modo geral é quando duas pessoas não se entendem. Quando cada uma quer falar e nenhuma entende. Eu gosto de uma coisa e você gosta de outra e você fica falando mal do mesmo jeito que fico”.
“Conflito é onde tem duas pessoas que estão brigando pela mesma coisa e que uma não aceita a opinião da outra”.

INFORMANTE 2: “Conflito é uma briga que você tem com outra pessoa ou quando você entra em contato consigo mesmo, fica se culpando pelo que é certou ou errado”.

INFORMANTE 3: “Conflito é uma coisa que não precisava existir, que não precisa conter na sociedade”.

INFORMANTE 4: “Bater de frente, tentar superar e não conseguir”.

INFORMANTE 5: “Aí! Eu nem sei... deixa eu ver... confusão, violência e falta de respeito”.

INFORMANTE 6: “Acho que são as discussões sem motivo que acabam gerando coisas piores, como brigas e tudo mais”.

INFORMANTE 7. “Eu entendo que o conflito pode ser entre pessoas e pode ser consigo mesmo. Tem vários tipos de conflitos, tem o conflito pessoal e o conflito na comunidade”.

INFORMANTE 8: “É o desentendimento entre uma pessoa e outra”.

INFORMANTE 9: “Desordem, dificuldade de lidar com o outro”.

INFORMANTE 10: “Existem dois tipos de conflitos pra mim, aquele que é verbal e aquele que é a agressão física mesmo. Tanto na física como na verbal as pessoas têm opiniões diferentes da sua ou levar alguma coisa a chegar nesse ponto e a pessoa discorda de um tanto que a outra se sente ofendida causando o conflito”.

INFORMANTE 12: “É a discussão entre duas ou mais pessoas”.

INFORMANTE 13: Não respondeu.

INFORMANTE 14:“São coisas que acontecem que ocorrem de vez em quando da hora que acordo até a hora que durmo e eu resolvo conversando”.

INFORMANTE 15: “É o que vivo todos os dias da hora que acordo até a hora que vou dormir”.

De acordo com o discurso dos entrevistados, 5 apontaram como representação da violência as discussões ou brigas entre duas ou mais pessoas, 2 indicaram a dificuldade em lidar com o outro, 2 atribuíram a violência a ocorrências diárias sem mais explicação, 4 apontaram outras concepções e 1 deles não respondeu a esta questão. Desse modo, podemos inferir que a maioria dos entrevistados atribui ao conflito situações litigiosas ou de desentendimento com os outros.

Tipos de conflitos mais comuns na escola

1. “Por causa de namoro; as meninas que não se gostam e se olham feio; professor que fica discutindo com aluno... é isso que eu mais vejo”.

2. “Entre professor e aluno. São desentendimentos na sala de aula entre um colega e outro, as vezes por besteira, mas acaba causando um conflito”.
3. “Briga entre namorados, ciúmes, briga entre amigas e preconceito”.
4. “Os conflitos que tem são: ciúmes, conflitos de encaradas, fofoca de terceiros e o conflito familiar que as pessoas trazem para a escola”.
5. “Conflitos por causa de namorado, brincadeiras sem graça e piadinhas”.
6. “É o bullying. As pessoas ficam fazendo fofocas, inventando mentiras e com muita ignorância que não sabem resolver o conflito na base da conversa, tem que ser na pancada”.
7. “Brigas de meninas por causa de homem e os homens por causa de mulher”.
8. “É o pessoal”.
9. “É a violência verbal e o preconceitos”.
10. “Por causa de namoro, bullying, violência verbal e o desrespeito”.
11. “É mais por causa de garotos mesmo, meninas disputando meninos. Com professores eu nunca vi”.
12. “Por causa de bullying e namoro”.
13. “Entre amigos e entre professores e alunos”.
14. “Conflitos com amigos, com a família e os vizinhos”.
15. “Discussão entre alunos e professores”.

O conjunto das falas atribui às questões de namoro (8) como a maioria absoluta dos motivos que originam os conflitos na escola; em seguida, os outros tipos de conflito identificados se distribuem da seguinte maneira: 3 (briga de aluno e professor), 3 (briga entre alunos), 2 (razões familiares), 2 (*bullying*[12]), 2 (violência verbal), além do desrespeito, preconceito, motivos pessoais e conflito com vizinhos (1 cada). Tendo em vista a predominância do namoro como motivo principal de conflitos na escola, pode-se considerar que as relações afetivas entre rapazes e moças na escola é bastante disputada, sendo palco de numerosos desentendimentos e agressões verbais e físicas. Os demais conflitos demonstram que a situação das relações interpessoais entre professores e alunos e dos alunos entre si precisam ser trabalhadas de forma educativa para estabelecer um clima fraterno e solidário.

[12] Humilhações, maus tratos, agressões e discriminação por motivos diversos (orientação sexual, gênero, raça/etnia etc).

A violência no CED São Francisco

Quando se trata de *violência*, os alunos entrevistados afirmaram esta se refere a uma prática cotidiana presente atualmente nos mais variados espaços sociais. Comumente associada a agressão, que pode ser física ou verbal, não precedida de diálogo diante de uma situação conflituosa.

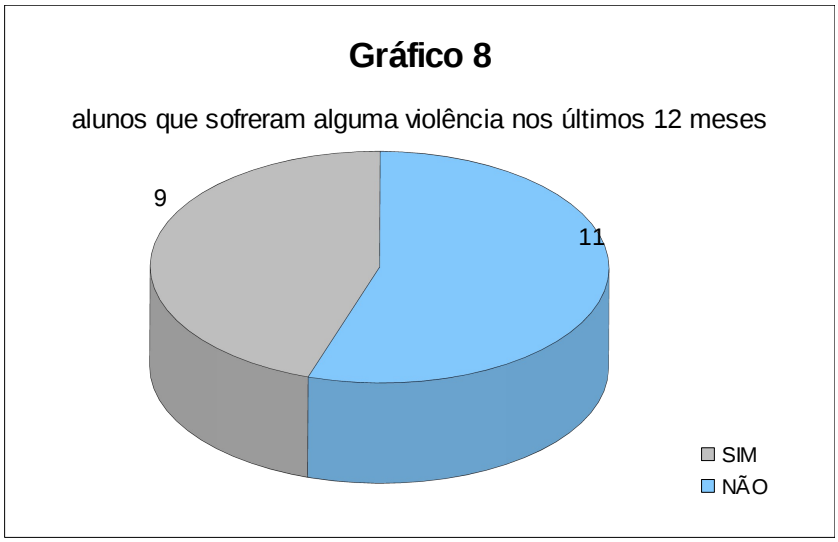
Embora a violência simbólica e estrutural tenham sido tratadas no curso de formação, estas não se apresentaram de forma explícita na fala dos mediadores, que muitas vezes atribuem a prática da violência as relações interpessoais desconsiderando as relações de poder implícitas nas situações conflituosas.

Representação dos mediadores sobre violência

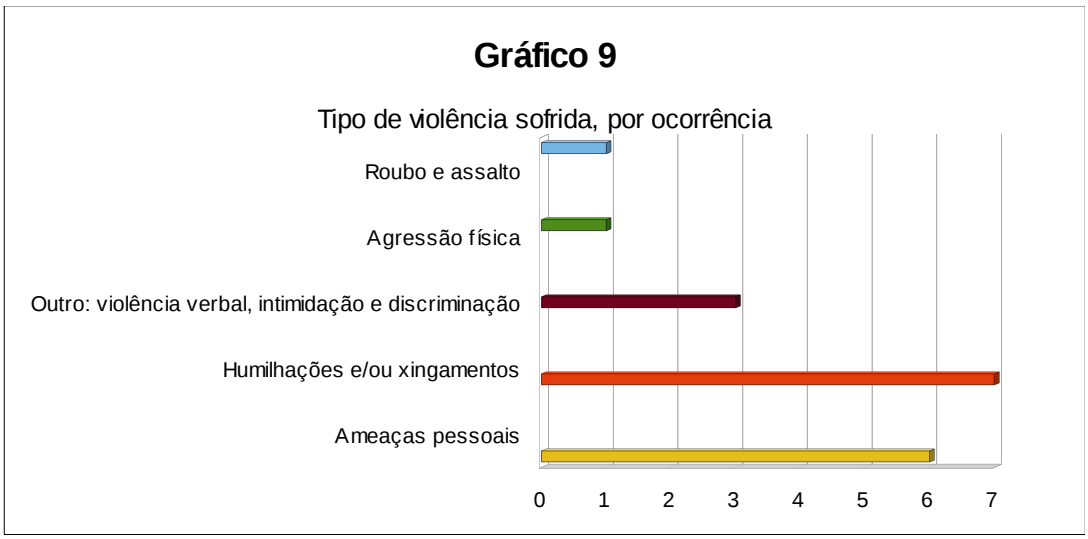
1. “Eu acho que a violência é uma vingança”.
2. “A violência pra mim é mais quando já é porrada mesmo”.
3. “Violência é quando você agride uma pessoa tanto fisicamente como verbalmente, às vezes você ofende uma pessoa e ela fica ressentida, se isola e começa a agir de forma diferente. O tipo mais pesado de violência eu acho que é a verbal”.
4. “Tem vários tipos de violência: a verbal em que a pessoa fala sem pensar e a física, mas eu acho que a pior mesmo é a verbal que se torna física”.
5. “Agressividade. Pra mim a pior violência é a verbal”.
6. “Violência é a falta de respeito. To com vergonha de falar”.
7. “As brigas sem motivo, violência física e o bullying que tem uma repercussão muito forte”.
8. “Tem violência física, verbal que é quando a pessoa te agride”.
9. “A violência é um tipo de agressão”.
10. “Não sei definir violência”.
11. “Violência é uma caso muito sério que hoje em dia está se agravando cada vez mais. Mas a violência pra mim é uma coisa que está dentro do conflito, a violência está no cotidiano e pode ser verbal ou física. É maltratar as pessoas e não respeita-las”.
12. “A violência pode ser um ataque físico ou verbal”.
13. “Pode ser de vários tipos física ou verbal”.
14. “É quando a pessoa parte para a agressão e não há conversa”.
15. “É um ato em que você tenta resolver o conflito, mas acaba gerando violência”.

Para a maioria dos entrevistados (11), a principal expressão da violência é a

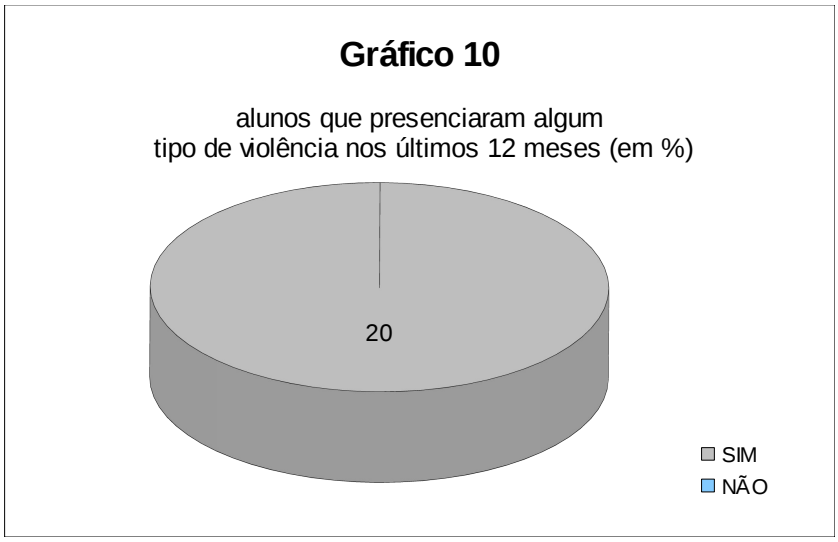
agressão física e verbal. Os diversos depoimentos reforçam esta ideia, sendo que para alguns deles a agressão verbal é mais séria. As demais respostas foram muito difusas: 2 atribuiram à falta de respeito, e os demais (1 frequência cada) apontaram os motivos de vingança, briga e *"bullying"* e apenas 1 admitiu não saber nada sobre violência. Desse modo, a relação entre violência e agressão verbal e física ficou consolidada entre os entrevistados.



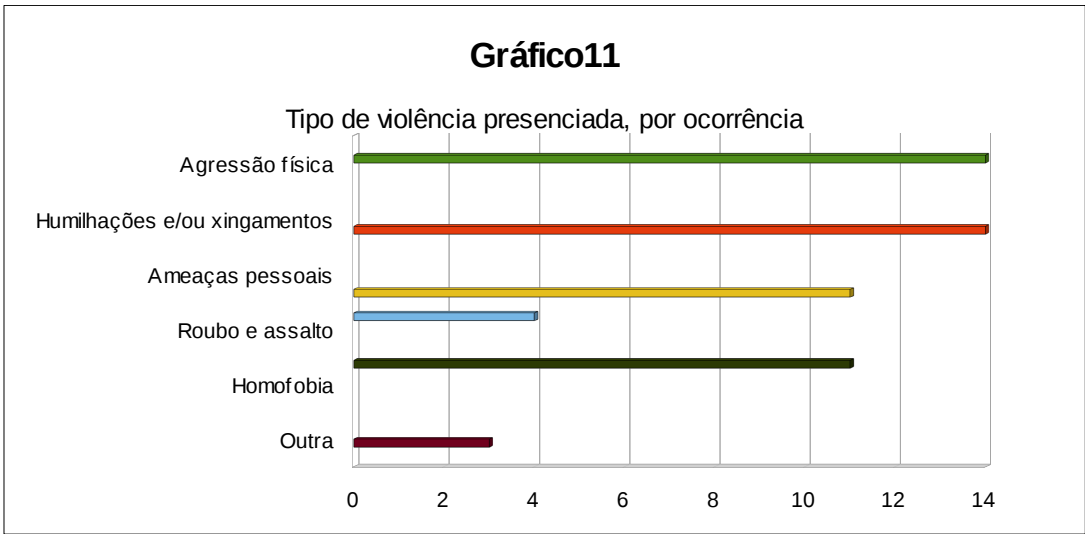
O Gráfico 8 demonstra que a margem entre a quantidade de alunos que declararam não ter sofrido nenhum tipo de violência dentro da escola (11) , nos últimos 12 meses, se aproxima bastante dos que declararam ter sofrido (9). Não foi feita nenhuma menção, por parte dos entrevistados, a respeito das violências sofridas terem ocorrido do lado de fora da escola.



Os entrevistados que declararam ter sofrido algum tipo de violência nos últimos 12 meses, descreveram quais os tipos mais recorrentes, sendo que alguns relataram ter sofrido dois ou mais tipos de violência. O Gráfico 9 demonstra que a maior ocorrência (7 casos) refere-se às humilhações e/ou xingamentos, seguida por ameaças pessoais (6). Foram feitas 3 ocorrências de práticas como a violência verbal, intimidação e discriminação. Agressão física, roubo e assalto foram registradas com 1 ocorrência cada.



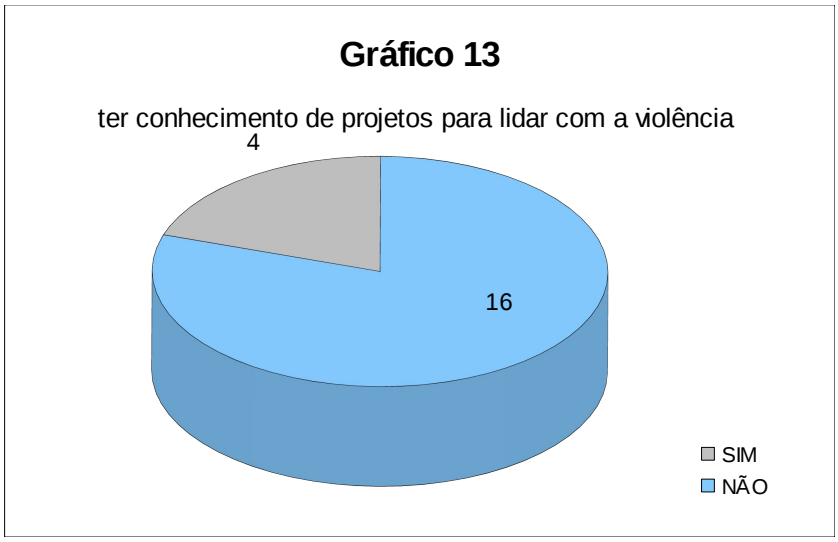
A resposta entre os entrevistados foi unânime, conforme o Gráfico 10. Todos relataram ter presenciado algum tipo de violência dentro da escola, nos últimos 12 meses, envolvendo estudantes.



Os entrevistados relataram que a maioria das violências presenciadas por eles na escola eram relacionadas a agressão física e humilhações e/ou xingamentos, ambas com 14

ocorrências. O Gráfico 11 mostra em seguida aparecem, com 11 ocorrências, as ameaças pessoais e a homofobia, que segundo eles é quando a pessoa recebe um tratamento diferente por ser homossexual. Foram mencionados 4 casos de roubo de celulares e material escolar dentro da sala de aula ou no pátio da escola. Além disso, outras 3 ocorrências foram mencionadas além das classificadas acima, como discussão, agressão verbal e brincadeira de mau gosto praticadas entre os próprios alunos.

Mesmo tendo sofrido ou presenciado vários tipos de violência, o Gráfico 12 demonstra que a maioria dos entrevistados (18) disse não ter sentido medo de ir à escola. Apenas 2 relataram ter sentido medo, nos últimos 12 meses, afirmando terem sofrido ameaça de morte por parte de outro aluno ou perseguição do lado de fora da escola, por pessoas conhecidas pela outra parte envolvida no conflito.



Os dados do Gráfico 13 mostram que 16 entrevistados relataram não conhecer outros projetos para lidar com a violência em outras escolas do Distrito Federal ou do Brasil. Os 4 que afirmaram conhecer outras experiências para lidar com a questão da violência, não souberam explicar exatamente do que tratavam, mas estavam relacionadas a outras escolas de ensino fundamental de São Sebastião.

A mediação de conflitos no CED São Francisco

A *mediação* é considerada pelos alunos entrevistados como uma oportunidade de criar e restabelecer laços rompidos por meio do diálogo e da reflexão com o objetivo de compreender os fatores que causaram os conflitos, muitas vezes ocultos a primeira vista.

Ficou evidente que a tentativa de transformar o conflito em algo que possa ser positivo para as partes envolvidas é a maior preocupação dos mediadores. Segundos eles, a mediação não está associada a uma forma de punição e sim a uma oportunidade de amadurecimento e como um espaço para a boa convivência.

Representação social sobre mediação

1. “A mediação é um meio de a gente se sentir melhor. Ter menos problemas na nossa vida, saber dialogar mais, ficar bem com a gente. É isso, a mediação ajuda porque quando a gente comete erros a gente pode ver, pra depois não errar”.
2. “Mediação eu entendo que ´onde’ você encontra pessoas que mostram pra você muitas vezes onde você tá errado, mas sem jogar isso na sua cara, ela deixa você mesma entender que você tá errado em tal lugar e poderia fazer tal coisa pra melhorar aquilo”.
3. “É como uma forma diferente para entender o outro e si mesmo”.
4. “Eu não dizer que eu entendo porque ninguém entende tudo, mas mediação eu acho que ela muda, ela é um tipo de mudança na pessoa”.
5. “Aprender a lidar com conflitos, por meio do diálogo, da convivência e com o respeito à diferença”.
6. “Mediação é tipo pra poder saber lidar com o conflito, não pra você voltar a fazer duas pessoas se falarem, mas que as duas mantenham o respeito uma pela outra”.
7. “Muitas vezes a pessoa não tem alguém pra escutar o que está sentindo, acho que a mediação pode ajudar nisso. E pode também ajudar você a ouvir. Porque muitas vezes você não ouve, só se preocupa com a sua parte, não quer saber o lado da outra pessoa. Acho que a mediação age nesse sentido”.
8. “Mediação é um método de transformação dos conflitos”.

9. “É o meio pelo qual as pessoas entendem os conflitos que estão vivendo”.
10. Não respondeu.
11. “É onde as pessoas conversam e colocam as suas idéias e seus pensamentos a limpo”.
12. “A mediação é o melhor método”.
13. “Dialoga, dão conselhos”.
14. “Forma de transformar conflitos na escola”.
15. “Meio de comunicar, dialogar, tentando chegar a solução de conflito.

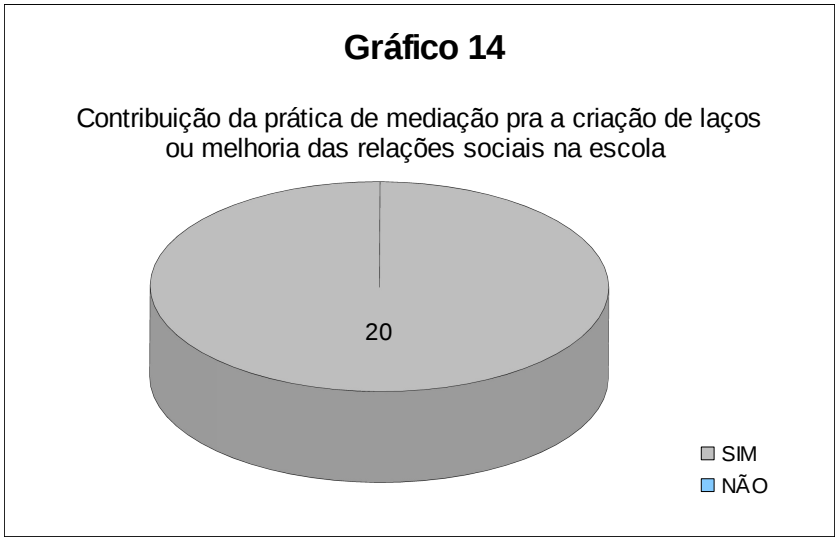
As representações sociais sobre a mediação se distribuíram em diferentes blocos de resposta. 3 entrevistados compreendem a mediação como forma de ampliar o diálogo, 3 atribuíram a ela a oportunidade de entender melhor a si e aos outros, 3 admitiram que a mediação permite a ocorrência de mudanças, enquanto 2 entenderam como um meio para mostrar o erro cometido, 2 indicaram ser um aprendizado para lidar com os conflitos , 1 considerou uma maneira para viver melhor, outro considerou o melhor método e apenas 1 entrevistado não respondeu a esta questão. Dessa maneira, este leque de respostas compõem um quadro diversificado de compreensão do processo de mediação, sendo os principais elementos apontados bastante positivos para avaliar o efeito alcançado junto aos alunos mediadores.

Aprendizado de alunos e de professores com a experiência da mediação

1. “Muitos aprenderam a ouvir, muita gente não sabia isso. E a não se estressar tanto, não ser tão ignorante... acho que aprenderam isso”.
2. “Eu acho que o que eles mais aprenderam é que não é porque é professor que eles não devem escutar. Tanto aluno quanto professor deve. Porque aqui na escola acontece muito isso, que os alunos também tem direito de falar e eles de escutarem”.
3. “Os professores aprenderam a lidar melhor com os alunos. Entre alunos a relação pode melhorar”.
4. “Paciência.”
5. “Os alunos eu acho que ficaram mais pacientes e os professores escutam mais os alunos, a relação tem ficado bem melhor”.
6. “Eu era muito encrenqueira sabe? Aí agora quando eu estou com raiva de alguém eu chego na pessoa e a gente conversa pra saber por que a pessoa tá com raiva, aí eu falo e dou o direito dela falar, aí agora eu melhorei bastante, eu caçava muita confusão com todo mundo. Com os professores também, eu não respeitava, respondia, aí agora eu fico bem tranquila e mudei bastante”.

7. “Tinha alguns professores que eram muito arrogantes e depois que fizeram o curso de mediação ficaram muito mais ‘de boa’, mais legais. Muitos deles nem ouviam mais você, agora estão mais ‘de boa’ com você”.
8. “Eu acho que a gente se coloca no lugar do outro”.
9. “O respeito e mudar a forma de pensar”.
10. “Mais respeito, tentarem dialogar antes de ir para mediação”.
11. “Na escola eu estou vendo os bons resultados, mesmo que os professores não se interessem tanto, como deveria ser, porque pra mim deveria ser não só os alunos, mas os professores e todos aqueles que trabalham aqui no colégio, até o pessoal que faz faxina, que arruma tudo aqui teria que fazer, porque assim, eu posso tá aqui no ambiente dos alunos que fazem mediação, mas e outro que não tá? Não conhece? Então pra mim foi muito bom, o projeto tá crescendo cada vez mais e alcançando os objetivos que são da mediação propriamente dita”.
12. “Alunos escutam mais. Professores: sensíveis a problemas e na solução deles”.
13. “Mais apego, mais respeito e aprender a dialogar”.
14. “Avalio como boa”.
15. “Levou as pessoas que brigavam antes a brigarem menos”.

Os depoimentos acima indicam alguns aspectos relevantes do aprendizado realizado por alunos e professores no processo de mediação. 5 indicaram que aprenderam a ouvir, 4 apontaram a presença da conversa com o outro em vez de brigar, 3 indicaram a importância do respeito, 2 consideraram que os professores aprenderam a lidar melhor com os alunos, 2 apontaram o exercício da paciência como aprendizado e 1 considerou que houve diminuição das brigas na escola. Nesse sentido, a maioria das respostas dos alunos mediadores foi bastante favorável à experiência da mediação dos conflitos no CED S. Francisco.



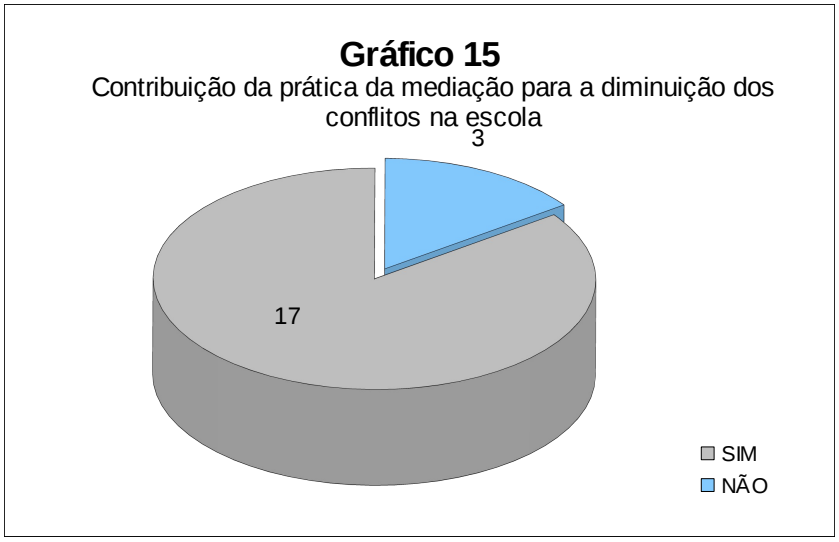
Todos os estudantes entrevistados (20) acreditam que a prática da mediação de conflitos tem contribuído para a criação de laços ou a melhoria das relações sociais dentro da escola, tanto nas relações envolvendo somente alunos, quanto nas que envolvem alunos/professores e alunos/direção, como demonstra o Gráfico 14.

Contribuição da prática da mediação para a criação de laços ou melhoria das relações na escola

1. “Muitos brigavam e não se falavam e hoje já é completamente diferente. E lá na mediação mesmo já aconteceu isso”.
2. “Então, por exemplo, teve um conflito que dois alunos vieram que um foi cuspir na lixeira e cuspiu no outro. Daí eles vieram pra cá, eles estavam preparados, só que depois eles estavam sorrindo pela coisa ridícula que eles estavam brigando. Eles perceberam que não era aquela confusão toda. Um até ameaçando o pai do outro, uma coisa ridícula. Mas depois eles se entenderam melhor, ficou tudo bem entre eles”.
3. “Porque mesmo as pessoas não voltando a se falar, elas passam a se respeitar”.
4. “Porque todo mundo que entra aqui na sala depois começa a falar que guardam aquela visão que elas tinham de olhar para alguém de cara feia, muda e junta as pessoas, aqui é um casório”.
5. “Porque o dialogo transformo as relações”.
6. “Porque mudou muita coisa, na sala quando um professor começa a brigar com um aluno aí eu falo: - Ó professor, não é assim. Mudou bastante a minha sala, porque tudo sou eu e a Adriana quem resolve, aí só da a gente de mediadora dentro da sala”.
7. “Eu mesmo, quando entrei na mediação eu namorava uma menina, aí eu terminei e a gente ficou sem se falar, mas depois, com a mediação, voltamos a nos falar”.
8. “A... como eu falei, a pessoa sabe se colocar no lugar do outro, como a Flávia coloca, ela soube falar, fazer com que a gente entendesse melhor a outra pessoa”.
9. “Porque agora as pessoas param para refletir”.
10. “Por conta do diálogo”.
11. “Com certeza. Porque a gente aprende a conversar, aprende a escutar o outro”.
12. “Principalmente entre alunos e professores”.
13. “Porque ela, por experiência, voltou a falar com a amigos após conflito”.
14. “Alguns não levam a sério outros sim”.
15. Não respondeu.

Em relação à melhoria das relações sociais na escola e a criação de laços entre os

membros da comunidade escolar, a maioria dos alunos mediadores apontaram alguns aspectos relevantes: a diminuição das brigas e das pessoas que não se falam (5) e a melhoria do relacionamento entre as pessoas (4). Além disso, indicaram também a ampliação do diálogo entre as pessoas, do respeito (1), da reflexão sobre as atitudes (1), ainda que 1 informante tenha dito que alguns membros da comunidade não levavam a sério a experiência da mediação. De toda maneira, a maioria dos entrevistados confirmam aspectos positivos na vida escolar a partir da implementação do projeto “Estudar em paz”.



É possível perceber no Gráfico 15 que 85% (17) dos entrevistados reconheceram que a prática da mediação de conflitos na escola tem contribuído para a redução dos conflitos. Segundo eles, essa diminuição se deve, principalmente, pela adoção do diálogo entre os alunos e entre esses e os professores. Além disso, alguns relataram que diante de uma situação conflituosa passaram a pensar antes de agir. Entre os 15% (3) que afirmaram não perceber uma diminuição dos conflitos há a idéia que o desinteresse dos demais alunos em relação à prática da mediação e o fato dela ser praticada, principalmente de maneira informal, não colabora efetivamente para a redução de conflitos.

Contribuição da prática de mediação para a diminuição de conflitos na escola

1. “Porque os alunos estão vendo que discussão não leva a nada, que a violência não leva a nada. Muitos ainda não pensam assim, porque não conhecem direito, mas acho que é assim, porque a gente vendo a mediação a gente vai aprendendo, vai vendo o bem que ela faz pra gente”.

2. “A gente briga muito porque a direção não passa pra gente. E eu acho que tem diminuído não por causa da mediação, porque não vem casos pra gente”.

3. “Porque quando as pessoas procuram a mediação, elas são ouvidas”.

4. “Porque se está acontecendo algum conflito, aí alguém vai para a direção manda para cá e quando chega aqui, a gente vai saber o que está acontecendo e tentar mudar o conflito”.

5. Não respondeu.

6. “Sim. Bastante. Porque a maioria dos encrenqueiros tudo são mediadores. Hoje, a gente para de ficar com falta de respeito, com brincadeirinhas de mau gosto e não fica caçando confusão por qualquer besteira. A gente conversa antes de tudo, todo mundo se dá bem agora”.

7. “Diminui também. Conflito eu sei que tinha, é o que mais tem. Mas depois da mediação diminui bastante aqui na escola”.

8. “Porque muitas das turmas do ano passado, agora essa nova turma e as pessoas com o passar do tempo, sabe? As pessoas que fizeram o curso e aí vai aumentando.”

9. “A iniciativa tem feito com que os jovens não se precipitem e pensem antes de tomar alguma atitude”.

10. “Por conta do diálogo”.

11. “Eu não to muito por dentro, mas assim, das pessoas que brigam muito na escola, elas tem procurado a mediação. Mas assim, se uma pessoa mesmo não fazendo parte da mediação, ela sabe que tem mediação no colégio. Se ela quiser uma ajuda, (vai) viver rodeada de pessoas . Não pode por a cara na rua que eles assustam, se não quer viver cheia de tormentos (tem que procurar a mediação) . Acho que é por isso que a mediação é bem procurada, mesmo que informalmente”.

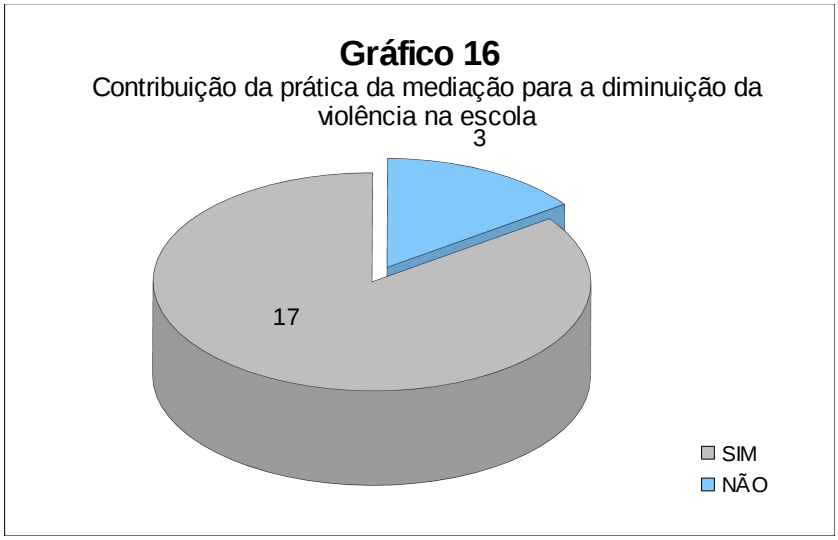
12. “Diálogo”.

13. “Com a mediação ela voltou a conversar com a amiga”.

14. Não respondeu.

15. “Trocar a direção. Os professores deveriam levar qualquer conflito para a mediação”.

` As resposta obtidas nesta pergunta foram amplamente diversificadas, indicando pontos positivos do resultado do projeto “Estudar em Paz” para o ambiente escolar. Neste sentido, cabe destacar as diferentes atribuições dadas à mediação dos conflitos na escola: permite diálogo (3), faz bem às pessoas (3), é aprendizado (2), diminuiram os conflitos (2), houve aumento das pessoas envolvidas com a mediação (2), os professores deveriam levar os conflitos de sala de aula para a mediação (2), houve tentativa de mudar o conflito (1) e apenas 2 entrevistados não responderam a esta questão.



De acordo com o Gráfico 16, a maioria dos estudantes (85%) e (17) acredita que a prática da mediação contribuiu para a redução da violência na escola. Muitos afirmam que a simples presença de mediadores tanto na sala de aula, como no pátio da escola estimula o diálogo em situações de conflito, e faz com que as partes se respeitem e compreendam o que se passa antes que possa culminar em algum tipo de violência. Os 15% (3) que afirmaram não ter percebido mudanças na redução dos casos de violência, fazem atribuição ao fato de que muitos alunos e professores ainda não se sensibilizaram quanto à prática da mediação como transformação do conflito.

Contribuição da prática da mediação para a diminuição da violência na escola

1. “Porque se fosse em outro colégio os meninos não iam conversar já iam partir pra porrada. E hoje já é totalmente diferente, eles conversam primeiro pra não chegar há um momento crítico, na violência”.
2. “Porque antes tinha poucos casos, mas agora tem menos ainda”.
3. “Porque tem mais respeito, compreensão, na direção não tem tantos alunos como antes”.
4. “Porque diminui a violência aqui na escola e fora”.
5. Não respondeu.
6. “Assim diminuiu a dos alunos mediadores, mas da escola não mudou não, porque a gente vê assim a violência verbal”.
7. “Tinha umas brigas e tal, aí começou a mediação, e começaram a divulgar mais, falar sobre o que era. Acho que aí já diminuiu um pouco da violência”.
8. “Porque.. Porque ajuda, é como eu falei, a pessoa aprende a ver as coisasde um modo diferente”.

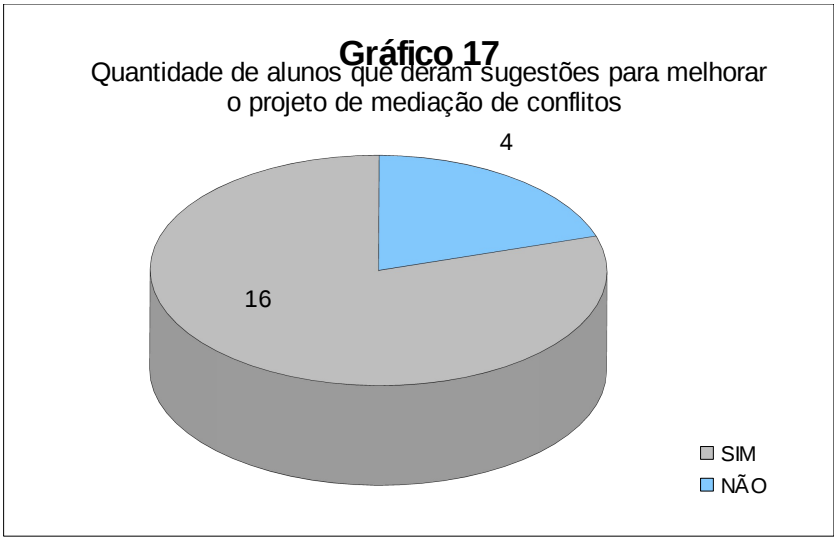
9. “Ao conversar com os mediadores, as pessoas pensam em lidar com as outras sem violência”.
10. “Em 2009 não, mas esse ano está melhor”.
11. “A violência, como quase não tem, eu não tenho o que falar”.
12. Não respondeu.
13. “Porque não quer participar, mudar”.
14. Não respondeu.
15. Não respondeu.

Interessante observar que esta foi a pergunta com o maior número de pessoas que não responderam (4). Apesar disso, os alunos mediadores que responderam apontaram aspectos positivos do processo de mediação dos conflitos escolares: diminuição da violência na escola (5), diálogo em vez de violência (1), diminuição da violência dos alunos mediadores (1), redução da violência fora da escola (1), as pessoas aprendem a ver de modo diferente (1), mais respeito e compreensão (1). Entretanto, 2 entrevistados indicaram situações diferentes: 1 apontou o fato da violência verbal na escola não ter mudado e outro afirmou que a violência não diminuiu por parte de pessoas que não querem participar ou mudar sua atitude.Desse modo, a maioria dos informantes indicaram uma situação de mudança positiva provocada pelo projeto “Estudar em Paz”.

Tendo em vista que os entrevistados confirmaram ter havido um aprendizado positivo por parte de alunos e professores com a experiência da mediação, somado à afirmação, pela maioria absoluta (20), de que houve melhoria da criação laços e/ou melhoria das relações sociais na escola e da diminuição da violência (17) e dos conflitos (17) no CED São Francisco, é possível dizer que a hipótese dessa pesquisa foi confirmada pelos dados coletados no trabalho de campo.

Gráfico 17

Quantidade de alunos que deram sugestões para melhorar o projeto de mediação de conflitos



Entre os entrevistados, de acordo com o Gráfico 17, apenas 20% (4) não quiseram sugerir mudanças na forma como o projeto de mediação de conflitos vem sendo implementado no CED São Francisco. Para eles, o projeto tem apresentado resultados satisfatórios. No entanto, dos 80% que sugeriram mudanças, pode-se dizer que a maioria mencionou a necessidade de se fazer uma sensibilização maior de alunos e professores, para divulgar os resultados alcançados e a potencialidade do projeto. Além disso, mencionaram a importância de se fazer uma divulgação maior do projeto por meio de campanhas, palestras, filmes e redes sociais no intuito de alcançar o maior número de pessoas da comunidade escolar e promover a integração dos mediadores já formados.

Sugestões para melhorar o projeto de mediação de conflitos na escola

1. “Divulgar mais, fazer palestras de mediação, correr atrás dos que não estão ligando. Essa divulgação deve ser feita de sala em sala, vamos fazer uma roda e conversar sobre o que é a mediação, porque os que não sabem às vezes tem vergonha. Mas o professor conversando na sala, levantando o debate, já vai ajudar bastante sobre isso”.
2. “Fazer com que os conflitos cheguem até os mediadores”.
3. “Divulgação. Os professores devem colaborar mais encaminhando para mediação e mediando dentro de sala de aula”.
4. “Mais divulgação para cativar as pessoas à participação”.
5. “Divulgação fora da escola”.
6. “Palestras e uma festinha igual aquela que nós fizemos”.
7. “Divulgação. Porque quando não é divulgados as pessoas não sabem muito o que é, e quando é divulgado tem curiosidade de saber”.
8. “Já tem bastante divulgação aqui na escola, só que eu acho que as pessoas da sala não dão muito valor, acho que precisaria abrir mais a cabeça das pessoas, ter mais divulgação individual, quebrar o preconceito, não é o suficiente dizer o que é a mediação, tem que abrange mais”.
9. “Mais divulgação”.
10. “Mais turmas de curso”.
11. “A cada ano que se inicia é bom que foque bastante nisso. Leve os alunos pro auditório a passe um filme, ou de *bullying*, pois tem diversos filmes aí, prá eles saberem a essência do que a escola tá querendo mostrar prá eles. Essa é a minha proposta. Divulgação e passando esse vídeo, os alunos já vão ter um impacto e vão ficar mais confiantes pelo (fato da) escola ter esse projeto”.

12. “Passar nas salas para identificar conflitos, mostrar exemplos de alunos”.

13. “Não tem sugestões. Tá ótimo”.

14. “Sim, acho que seria legal fazer mais campanhas, sair gritando pela escola”.

15. “Pode divulgar também nas redes sociais”.

As sugestões para aprimorar o projeto “Estudar em Paz” no CED S. Francisco também foram amplas, sendo que parte dos entrevistados (7) enfatizou a necessidade de divulgar mais o projeto dentro da escola. Os demais se dividiram entre diversas sugestões: discussão do projeto em sala de aula (2), divulgar o projeto fora da escola (2), fazer palestras sobre mediação (2), aumentar o número de mediadores nos cursos de formação (1), projetar filme ou vídeo sobre violência na escola (1), divulgar nas redes sociais (1), realizar festa para divulgar o projeto na escola (1) e um entrevistado disse que não tinha sugestões porque o projeto estava ótimo.

Este conjunto de propostas para aperfeiçoar a implementação do projeto “Estudar em Paz” parece compor iniciativas futuras que poderão nortear as ações a serem desenvolvidas no CED S. Francisco. Por se tratar de uma enorme unidade escolar (2 500 alunos), as dificuldades para a divulgação do projeto são maiores. Contudo, o apoio que tem sido recebido da direção da escola e atualmente da coordenação pedagógica da escola, parece abrir horizontes onde o projeto, que atualmente contou com reforço de novos bolsistas, possa ampliar sua ação.

8 – CONCLUSÕES PRELIMINARES

Esta pesquisa se propôs a analisar a partir da perspectiva da educação em direitos humanos, as representações sociais dos alunos do ensino fundamental e médio do CED São Francisco sobre a violência existente na escola e a experiência de mediação de conflitos escolares proposta pelo projeto “Estudar em Paz”, tendo em vista a contribuição deste projeto para melhorar as relações sociais e diminuir os conflitos na escola.

Com este objetivo, o ponto de partida situou a trajetória histórica de educação em direitos humanos na América Latina e no Brasil, onde o marco desta política se concretizou com o lançamento do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos à partir de 2003, centrado em princípios e ações programáticas para a educação básica, a educação superior, a educação não formal, a educação dos profissionais de justiça e segurança e a educação e mídia.

O lançamento do Plano Nacional de Educação em Diretos Humanos. Em 2006, representou um avanço para o desenvolvimento de uma educação capaz de lidar com os desafios da discriminação e da violência, especialmente presentes nas escolas públicas da educação básica, dando suporte para que as mesmas tenham condições de fortalecer o uso de ferramentas eficazes, como a gestão democrática e um projeto político-pedagógico comprometido a autonomia e a democracia da escola.

A educação em direitos humanos se traduz na oportunidade de fortalecer emocionalmente e socialmente os indivíduos para a construção e o amadurecimento da democracia e promoção e defesa dos direitos humanos. Este trabalho se propôs a compreender as formas possíveis para o desenvolvimento desse instrumento tão importante na formação de sujeitos de direitos. Nesse sentido, é preciso reconhecer a trajetória de lutas da sociedade civil, especialmente dos movimentos ligados à defesa dos direitos humanos na tentativa de formular propostas que pudessem culminar na criação de políticas públicas para essas demandas.

Conforme orienta Candau (2007), esta formação de sujeitos de direitos inclui também o empoderamento dos grupos vulneráveis e a construção de uma cidadania democrática. Nesse sentido, a mediação de conflitos se apresentou como um instrumento criativo capaz de transformar conflitos em oportunidades de crescimento, aprendizado, reconhecimento das diferenças, resgatando a afetividade e criando ou reparando laços sociais. Esta proposta de mediação se pauta em uma prática dialógica, de compromisso entre as partes e voltada para uma proposta única derivada dos interesses individuais entre as partes

conflitantes (SIX, 2001).

A importância do reconhecimento do outro é fundamental para lidar com os conflitos de forma confiante e efetiva, de modo a constituir laços sociais autônomos, pacíficos e cooperativos (BUSH e FOLGUER, 2006). Neste sentido, a função participativa da mediação se faz presente por meio do mediador que incentiva essa prática social, tendo em vista uma cidadania emancipatória (DEMO, 1995).

Galtung (1990) afirma que a violência social está relacionada à injustiça social, resultado de privações de necessidades humanas (sobrevivência, bem-estar, identidade e liberdade. Ele chama a atenção para diferentes modalidades de violência: direta (agressões verbais e físicas), estrutural (institucionalizada) e cultural (internalizada). Com esta referência, Jares (2007) propõe a educação para a paz pautada em valores de justiça, solidariedade, cooperação, autonomia e tolerância como uma construção sem fim.

Os dados coletados nesta investigação revelam que a maioria dos alunos mediadores são mulheres, tendo metade (10) acima de 17 anos, distribuídos entre negros e pardos (10) e brancos (9). Interessante observar que (10) são protestantes e (6) são católicos. Quanto a escolaridade, a maior parte dos mediadores estão no ensino médio, (11) e na 7ª. série do ensino fundamental, (4). Quanto à renda mensal familiar dos entrevistados, a grande maioria (13) alcança até 2 salários mínimos, enquanto 4 se situam na faixa de 2 a 3 salários. Um ponto de destaque é o fato da absoluta maioria (19) dos 20 mediadores morarem em São Sebastião, fato que favorece a participação nas atividades extracurriculares realizadas no contraturno da escola.

Para parte dos entrevistados (5) os conflitos são representados nas discussões e brigas entre as pessoas, além de atribuírem a eles outras razões: dificuldade de lidar com o outro (2), ocorrências diárias (2) e outras representações de menor expressão. Quanto aos conflitos mais comuns na escola, os entrevistados enfatizaram as questões de namoro (8) como as mais importantes, seguidas por outros tipos de conflito: briga de aluno e professor (3), briga entre alunos (3), razões familiares (2), *bullying* (2), violência verbal (2), além do preconceito, desrespeito, motivos pessoais e conflitos com vizinhos (1 cada). Para a maioria dos entrevistados (11), o principal motivo de violência é a agressão verbal e física. Alguns atribuíram outros motivos: falta de respeito (2), vingança, *bullying* e briga (1 cada).

Quanto às violências sofridas no CED São Francisco, nos últimos 12 meses, (11) responderam positivamente. Das violências mencionadas, cabe destaque para humilhações e/ou xingamentos (7) e ameaças pessoais (6). Em relação ao tipo de violência presenciada na escola, uma parte expressiva (14) apontaram a agressão física e humilhações

e/ou xingamentos. Em segundo lugar, aparecem a homofobia e as ameaças pessoais (11), em terceiro o de roubo (celular, 3 e material escolar,4) e por último, a agressão verbal e brincadeiras de mau gosto entre os próprios alunos. É importante destacar que apesar das violências sofridas e presenciadas, nos últimos 12 meses, os mediadores não sentem medo de ir à escola.

Quanto à representação social sobre mediação, os entrevistados se dividiram em diferentes grupos de respostas: forma de ampliar o diálogo (3), oportunidade de entender melhor a si e aos outros (3), ocorrência de mudanças (3), oportunidade de conhecer o erro cometido (2), aprendizado para lidar com o conflito (2), maneira de viver melhor (1) e melhor método (1).

Quanto ao aprendizado feito por alunos e professores no processo de mediação, as respostas apontam resultados positivos: aprender a ouvir (5), conversar ao invés de brigar (4), respeito (3), professores aprenderam a lidar melhor com os alunos (2), exercício da paciência (2) e diminuição das brigas na escola (1). Em relação à contribuição da prática da mediação para criar laços ou melhoria das relações sociais na escola as respostas foram muito significativas: diminuição de brigas e de pessoas que não se falam (5), melhoria do relacionamento entre as pessoas (4), ampliação do diálogo (1), do respeito (1), reflexão sobre as atitudes (1), sendo que apenas um aluno mediador mencionou o problema de alguns não levarem a sério a mediação.

Quanto à prática da mediação ter contribuído para diminuir os conflitos na escola, a absoluta maioria dos entrevistados respondeu positivamente (17). Entre as razões apontadas, muito diversificadas, prevalecem os aspectos positivos do projeto “Estudar em Paz”: permite o diálogo (3), faz bem às pessoas (3), é aprendizado (2), diminuíram os conflitos (2), aumentou o número de pessoas envolvidas com a mediação (2), os professores deveriam levar os conflitos da sala de aula para a mediação (2) e tentativa de mudar o conflito (1).

Quando os alunos mediadores foram perguntados sobre a contribuição da prática da mediação para reduzir a violência nas escola, a absoluta maioria (17) respondeu afirmativamente. Apenas 3 que não perceberam mudanças nos casos de violência apontaram o fato de que muitos alunos e professores não estavam sensibilizados em relação à prática da mediação como capaz de transformar o conflito.

Em relação aos motivos que permitiram a diminuição da violência, 4 não quiseram responder. Os demais apontaram razões bastante positivas: diminuição da violência na escola (5), diálogo ao invés de violência (1), redução da violência dos alunos mediadores

(1), diminuiu a violência fora da escola (1), as pessoas aprenderam a ver de modo diferente (1), mais respeito e compreensão (1). Cabe destacar que 2 entrevistados apontaram situações diferentes: a violência verbal na escola não mudou (1) e a violência não diminuiu por parte de pessoas que não querem mudar de atitude ou participar (1).

Quanto às sugestões para melhorar o projeto “Estudar em Paz” no CED São Francisco, a maioria apresentou seu ponto de vista: necessidade de divulgar mais o projeto dentro da escola (7), discutir o projeto dentro de sala de aula (2), fazer palestras sobre mediação (2), aumentar número de mediadores nos cursos de formação (1), projetar filmes ou vídeos sobre violência na escola (1), divulgar nas redes sociais e realizar festa para divulgar o projeto na escola (1).

Essas diferentes sugestões para aprimorar a implementação do projeto são de enorme valia para a equipe responsável. Elas devem ser alvo de debate que possa resultar na redefinição das ações a serem desenvolvidas em 2012. O apoio da direção escolar e da coordenação pedagógica junto com o reforço de novos bolsistas podem contribuir para garantir melhores resultados no próximo ano.

9 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam. *Violências nas escolas*/ Miriam Abramovay et alii. – Brasília : UNESCO Brasil, REDE PITÁGORAS, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

BARBOSA, Águida. *Composição da historiografia da mediação: instrumento para o moderno direito de família*. Revista do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, Vol. 33, em 2004/2005, págs. 155/170.

BELEZA, Flávia T. Mediação Social como instrumento de participação para a realização da cidadania. Dissertação (Mestrado em Política Social) Brasília: UnB, 2009. Disponível em: http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/8176/1/2009_FlaviaTavaresBeleza.pdf.
Acessado em: 12 de dezembro de 2011.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Versão preliminar. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Jutiça, UNESCO, 2006.

BUSH, R. A.; FOLGER, J. P. La promessa de mediación. Buenos Aires: Granica, 2006.

CANDAU, Vera Maria (A). *Por uma cultura da paz*. Revista Nuevamerica / Novamerica, Rio de Janeiro, n. 86 , 2000.

CANDAU, V. Educação em direitos humanos no Brasil: realidade e perspectivas. In: CANDAU, VERA E SACAVINO, S (ORGS.) Educar em direitos humanos: construir democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CANDAU, V. Educação em direitos humanos: desafios atuais. In: SILVEIRA, Rosa M. G. ET AL (orgs). Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS/Secretaria Especial dos Direitos Humanos/ Presidência da Republica. Ministério da Educação. Ministério da Justiça. UNESCO. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: SDH, 2006.

DEBABIEUX, Eric. “Violência nas escolas”: divergências sobre palavras e um desafio

político. In: DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine (Orgs.) *Violência nas escolas e políticas públicas* /. Brasília :UNESCO, 2002. 268p.

DEMO, Pedro. *Avaliação qualitativa*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

_____. Pobreza da pobreza. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

FOLGER, Joseph P.; JONES, Tricia S. Nuevas direcciones en mediación. Buenos Aires: Piados, 1997.

FRANÇA. Une nouvelle ambition pour les villes. Rapport à monsieur Claude BARTOLONE, ministre delegue à la Ville et Monsieru Paul PICARD. 2000. Disponível em: <i.ville.gouv.fr/divbib/doc/rapbrevanpicard.pdf>

_____. Referentiels de la mediation sociale – Rapport final. Volume 1. Délégation Interministérielle à la ville (DIV). Direction Île de France-Atlantique (CHEPAH). 2002. Disponível em: <i.ville.gouv.fr/divbib/doc/DIV-Volume1.pdf>

_____. Referentiels de la mediation sociale : Volume II. Les emplois-repere : activites et competences. Délégation Interministérielle à la ville (DIV). Direction Île de France-Atlantique (CHEPAH). 2003. Disponível em: <i.ville.gouv.fr/divbib/doc/DIV-VolumeII.pdf>

FREIRE, Paulo.Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GALTUNG, Johan. Cultural Violence. Journal of Peace Research, Vol. 27, n. 3, 1990.

_____. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

_____. *Transcender e Transformar: uma introdução ao trabalho dos conflitos*. São Paulo: Palas Athena, 2006.

GADOTTI, Moacir. Projeto Político- Pedagógico da Escola Cidadã. In: GADOTTI, M: Saltou para o futuro: construindo a escola cidadã. Projeto Politico-pedagogico. Brasilia: NEP/MEC, 2006.

GALTUNG, Johan. Cultural Violence. Journal of Peace Research, Vol. 27, n. 3, 1990.

GIL, Antonio Carlos, Estudo de caso Editora Atlas S.A São Paulo- 2009.

JARES, Xérus R. Educar pra a paz em tempos difíceis. São Paulo: Palas Athena, 2007.
MINAYO, Maria Cecília(organizadora) DESLANDES, Suely., Romeu. Pesquisa Social: Teoria/método e criatividade. Petrópolis. Editora Vozes, 1994.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n.37 p. 7-32, 1999 . Disponível em http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html . Acesso em 6 dez. 2011.

OLIVEIRA, Márcio. Representações socias e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol 19 no. 55. São Paulo julho 2004.

PETITCLERC, Jean-Marie. *Pratiquer la médiation sociale*. Paris: Dunod, 2002.

SIX, Jean-François, tradução de Giselle Groeninga de Almeida, Águida Arruda Barbosa e Eliana Riberti Nazareth. *Dinâmica da mediação*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SPOSITO, Marilia Pontes. *Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil*. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.27, n.1, p. 87-103, jan./jun. 2001

SCHNITMAN, Dora Fried & LITTLEJOHN, Stephen (org.), tradução Jussara Haubert Rodrigues e Marcos A. G. Domingues. *Novos paradigmas em mediação & conciliação*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

VEIGA, Ilma P. A. Educação básica e educação superior: projeto político pedagógico. Campinas – São Paulo: Papirus, 2004.

VEIGA, Ilma PASSOS A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva In: VEIGA, Ilma A.(org.) Projeto político – pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Editora Papirus, 17ª. Edição, 2004.

WARAT, Luis Alberto. *Surfando na pororoca - O ofício do mediador*, Vol. III. Florianópolis (SC): Fundação Boiteux, 2004.

10 – ANEXOS

Anexo 1 – Roteiro de entrevista com alunos mediadores do CED São Francisco

Anexo 2 – Lista de projetos interdisciplinares e extracurriculares do CED São Francisco

Anexo 1 – Roteiro de entrevista com alunos mediadores do CED São Francisco

ROTEIRO DE ENTREVISTA **Número_____**

Informante: Alunos mediadores do Centro Educacional São Francisco
Nome do(a) entrevistado(a):_____
Nome do(a) entrevistador(a):_____
Data da entrevista:_____
Duração: Início: ____h **Término:____h**

PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO

1) Sexo
1-( ) Masculino 2-( ) Feminino

2) Idade
1-( ) 12 anos
2-( ) 13 anos
3-( ) 14 anos
4-( ) 15 anos
5-( ) 16 anos
6-( ) 17 anos
7-( ) 18 anos
8-( ) Mais de 18 anos

3) Cor/ Raça
1-( ) Negro
2-( ) Branco
3-( ) Mestiço/ Moreno
4-( ) Indígena
5-( ) Amarelo
6-( ) Outra

4) Religião
1-( ) Católica
2-( ) Protestante/ Evangélica
3-( ) Espírita
4-( ) Religiões afro-brasileiras (umbanda/candomblé, etc.)
5-( ) Outra: _____
6-( ) Sem religião

5) Escolaridade
1- ( ) 7ª série
2- ( ) 8ª série
3- ( ) 9ª série
4- ( ) 1º ano do 2º grau
5- ( ) 2º ano do 2º grau
6- ( ) 3º ano do 2º grau
7- ( ) Outra.Qual?_____ _____

6) Renda mensal familiar
1-( ) Até 02 salários mínimos (R$ 1 020,00)
2-( ) Mais de 02 a 03 salários mínimos (R$ 1 530,00)
3-( ) Mais de 03 a 04 salários mínimos (R$ 2 040,00)
4-( ) Mais de 04 a 05 salários mínimos(R$ 2 550 ,00)
5-( ) Acima de 05 salários mínimos (mais de R$,00)

*Valor em outubro de 2010: R$ 510,00

7) Local de moradia
1-( ) São Sebastião
2-( ) Brasília
3 ( ) Ceilândia
3-( ) Taguatinga
4-( ) Samambaia
5-( ) Guará I e II
6-( ) Cruzeiro
7-( ) Gama
8-( ) Outro. Qual?_____

II – CONFLITO

8) O que você entende por conflito?
_____
_____
_____
_____

9) Quais os tipos de conflitos mais comuns na sua escola?
_____
_____
_____
_____

10) Qual a origem ou motivo desses conflitos?
_____
_____
_____
_____

11) Quais os conflitos que mais afetam a sua vida?
_____
_____
_____
_____

12) Como você lida com esses conflitos?
_____
_____

_____
_____

III – VIOLÊNCIA

- O que você entende por violência?

_____
_____
_____
_____

- Nos últimos 12 meses, sofreu algum tipo de violência dentro da escola?

Sim ( ) Não ( )

- Se **sim**, que tipo de violência você sofreu?

1-Ameaças pessoais
2-Humilhações e/ou xingamentos
3-Tratado diferente por ser homossexual
4- Roubo e assalto
5-Agressão física
6- Outra: Qual? _____

- Nos últimos 12 meses, presenciou algum tipo de violência dentro da escola?

Sim ( ) Não ( )

- Se **sim**, que tipo de violência você presenciou?

1-Ameaças pessoais;
2-Humilhações e/ou xingamentos
3-Tratado diferente por ser homossexual
4-Roubo e assalto
5-Agressão física
6-Outra.Qual?_____

- Nos últimos 12 meses, teve medo de vir à escola?

Sim ( ) Não ( )

19) Se **sim :** Por que?

_____
_____
_____
_____

4. O que poderia ser feito para enfrentar as violências que existem hoje na escola?

_____
_____
_____
_____

5. O que a direção faz para enfrentar as violências que existe hoje na escola?

_____
_____
_____

_____

6. Que resultados a direção tem alcançado no enfrentamento das violências da escola?

_____
_____
_____
_____

7. Conhece experiências bem sucedidas para lidar com a violência em outras escolas do DF e/ou do Brasil?

Sim ( ) Não ( )

24.Se **sim**: Relate as experiências que conhece:

a) No DF

_____
_____
_____
_____

b) No Brasil

_____
_____
_____
_____

IV – A MEDIAÇÃO

8. O que você entende por mediação?
9. _____
_____
_____
_____

10. Por que você se inscreveu no curso de mediação de conflitos?

_____
_____
_____

11. Que aprendizado os alunos e professores alcançam com a experiência da mediação?

_____
_____
_____
_____

12. A prática da mediação tem contribuído para a criação de laços ou a melhoria das relações humanas na escola?

Sim ( ) Não ( )

13. Por que?

_____
_____
_____
_____

14. A prática da mediação tem contribuído para a diminuição dos conflitos na escola? Por que?

Sim ( ) Não ( )

15. Por que?

_____
_____
_____
_____

16. A prática da mediação tem contribuído para a diminuição da violência na escola?
Sim ( ) Não ( )

33. Por que?

_____
_____
_____
_____

17. Como você avalia a sua participação na mediação de conflitos na escola?

_____
_____
_____
_____

18. Como você avalia a participação dos demais alunos mediadores nos conflitos na escola?

_____
_____
_____
_____

19. Como você avalia a participação dos professores mediadores nos conflitos na escola?

_____
_____
_____
_____

20. Você teria sugestões para melhorar o projeto de mediação de conflitos nesta escola?
Sim ( ) Não ( )

21. Se **sim:** Quais?

- _____
  _____
  _____
- _____
  _____
  _____
- _____
  _____
  _____

Anexo 2 – Lista de projetos interdisciplinares e extracurriculares do CED São Francisco

MATÉRIA	PROJETO INTERDISCIPLINAR
Geografia	Fala garoto
Inglês	Karaokê
Química	Violão
Português	Ioga
Educação Física	Estepe
Artes	Mosaico
Sociologia	Fotografia
Sociologia	História das religiões
História	Xadrez
Biologia	Jogos de raciocínio
Artes	Jogos teatrais
Português	Redação
Sociologia	Handball
Filosofia	Filmes de ficção
Música	Percussão
Educação Física	Jiu jitsu
Filosofia	Livro vozes do Chicão
Biologia	Teatro de bonecos
História	Sax, flauta e violão

Extracurriculares - Mostra de vídeos, bordado, circo, pintura em tecido, mediação de conflitos, recreação infantil, dança, futebol, educação ambiental, colônia de férias, acampadentro.